

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Telemar Participações S.A. ("Companhia") apresenta o Relatório da Administração, que acompanha as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Financial Accounting Standards - IASB* e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os Pronunciamentos Técnicos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis às operações da Companhia, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras.

1 EVENTOS SOCIETÁRIOS

A Companhia é uma empresa *holding*, de capital aberto, cuja atividade preponderante é participar direta ou indiretamente no capital social de Oi S.A. ("Oi").

O ano de 2012 foi marcado pela conclusão do processo de reorganização societária iniciado em 2011. A reorganização foi um marco importante, pois a Oi passou a ter apenas uma empresa listada na bolsa de valores com duas classes de ações, demonstrando uma estrutura de capital mais simplificada.

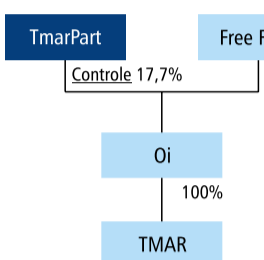
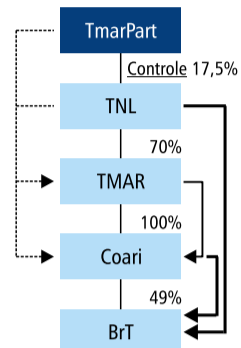
Em 27 de fevereiro de 2012, foram realizadas as Assembleias Gerais da Coari Participações S.A. ("Coari"), Telemar Norte Leste S.A. ("TMAR"), Tele Norte Leste Participações S.A. ("TNL") e da Oi nas quais foram aprovadas as operações compreendidas na reorganização societária. Em função das deliberações tomadas nas referidas assembleias, a TNL e a Coari foram incorporadas pela Oi em 27 de fevereiro de 2012, extinguindo-se e sendo sucedidas pela Oi, a título universal, naquela data. Dessa forma, a Oi passou a ser controlada diretamente pela Companhia, enquanto a TMAR tornou-se subsidiária integral da Oi.

A partir de 9 de abril de 2012, as ações ordinárias e preferenciais da Oi passaram a ser negociadas na BM&FBovespa e na bolsa de Nova York ("NYSE") através de seus novos *tickers* – respectivamente OIBR3 e OIBR4 na Bovespa e OIBR.C e OIBR na NYSE.

O organograma simplificado a seguir demonstra a estrutura societária anterior e a estrutura posterior à implementação da Reorganização Societária:

ESTRUTURA SOCIETÁRIA ANTERIOR

ESTRUTURA SOCIETÁRIA ATUAL



Em 22 de junho e 5 de novembro de 2012, a Companhia aprovou em Reuniões Extraordinárias do Conselho de Administração a extinção de 133.332 ações preferenciais nominativas resgatáveis, de emissão da Companhia, que haviam sido resgatadas em 30 de abril e 30 de outubro de 2012, de acordo com o Contrato de Subscrição de Ações Resgatáveis de Telemar Participações e outras avenças, fazendo com que o capital social da companhia fosse dividido em 2.923.544.867 ações ordinárias e 733.336 ações preferenciais resgatáveis sendo ambas as espécies de ações nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social da Companhia estava dividido entre seus acionistas da seguinte forma:

Acionista	Número de Ações Ordinárias	Número de Ações Preferenciais	Participação no Capital Total
AG	565.880.376	-	19,35%
LF TEL	565.880.376	-	19,35%
BNDESPAR	381.551.843	733.336	13,07%
Portugal Telecom	352.856.590	-	12,07%
FASS	336.439.735	-	11,51%
Previ	283.380.453	-	9,69%
Petros	218.777.747	-	7,48%
Funcef	218.777.747	-	7,48%
Total	2.923.544.867	733.336	100%

Em 17 de agosto de 2012 e em 13 de dezembro de 2012 a Companhia aprovou em Reuniões Extraordinárias do Conselho de Administração a alteração da Cláusula 4.7 da Escritura da 9ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Cinco Séries, para Distribuição com Esforços Restritos de Colocação da Telemar Participações S.A., com o objetivo de estabelecer novas Datas de Vencimento das Debêntures e novos valores de Remuneração de cada série, conforme detalhamento que segue: (i) Debênture da 1ª Série: prazo de vigência de 50 (cinquenta) meses e 29 (vinte e nove) dias contados a partir da Data de Emissão, com vencimento, portanto, em 29/06/2015, com o valor de Remuneração de R\$ 19.906 mil; (ii) Debênture da 2ª Série: prazo de vigência de 62 (sessenta e dois) meses e 29 (vinte e nove) dias contados a partir da Data de Emissão, com vencimento, portanto, em 29/06/2016, com o valor de Remuneração de R\$ 22.817 mil; (iii) Debênture da 3ª Série: prazo de vigência de 74 (setenta e quatro) meses e 29 (vinte e nove) dias contados da Data de Emissão, com vencimento, portanto, em 29/06/2017, com o valor de Remuneração de R\$ 25.328 mil; (iv) Debênture da 4ª Série: prazo de vigência de 86 (oitenta e seis) meses e 28 (vinte e oito) dias contados da Data de Emissão, com vencimento, portanto, em 28/06/2018, com o valor de Remuneração de R\$ 27.501 mil; e (v) Debênture da 5ª Série: prazo de vigência de 96 (noventa e seis) meses e 1 (um) dia contados da Data de Emissão, com vencimento, portanto, em 1/4/2019, com o valor de Remuneração de R\$ 28.578 mil.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de junho de 2012, a Companhia aprovou a declaração de dividendos fixos das ações preferenciais de emissão da Valverde Participações S.A. ("Valverde"), no valor de R\$ 38.101, à conta de lucros acumulados, conforme demonstrado em balancete levantado na data de 31 de maio de 2012.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2012, a Companhia aprovou nova declaração de dividendos fixos das ações preferenciais de emissão da Valverde, no valor de R\$ 11.916 mil, sendo o valor de R\$ 11.843 mil à conta de lucros acumulados e o restante, no valor de R\$ 73 mil, à conta de lucros apurados, conforme demonstrado em balancete levantado na data de 31 de outubro de 2012.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2012, a Companhia aprovou a revisão do estatuto social da Valverde de forma a estabelecer novo valor para os Dividendos Fixos das Ações, que ficam definidos como os valores em reais equivalentes ao resultado de 100% do fator cumulativo resultante das taxas médias referenciais dos depósitos interfinanceiros CDI Extra Grupo, apuradas e divulgadas pela CETIP S.A., acrescidos de 0,75% a.a., desde a respectiva data de integralização ou desde a data de pagamento do Dividendo Fixo imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até o efetivo pagamento do Dividendo Fixo em questão, exclusive, multiplicado por R\$ 2.000,00; e modificar as datas de seus pagamentos semestrais.

A Companhia vem dando continuidade à participação ativa na gestão das sociedades controladas, com intensa atuação nas áreas administrativa, financeira, de planejamento, operacional, comercial, jurídica e de recursos humanos, visando cada vez mais capacitá-las dos instrumentos necessários à reformulação e otimização de métodos e processos de gestão.

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia e sua subsidiária integral Valverde detinham uma participação de 48,51% sobre o capital votante ou de 16,17% sobre o capital total da Oi. Excluindo-se as ações em tesouraria estes percentuais eram de 56,44% e 17,72%.

2 DESEMPENHO DA OI S.A.

Desempenho Operacional

Em 2012, a Oi continuou executando seu plano estratégico com foco na convergência e rentabilização de serviços. Este movimento tem por objetivo alavancar a participação dos serviços da Oi no total de consumo de telecomunicações das residências e das empresas, posicionando a controladora como uma provedora de soluções completas para os clientes. A Oi encerrou 2012 com 74.339 mil unidades geradoras de receita ("UGR"). Vale ressaltar que os valores de 2012 não são comparáveis com 2011, devido à reorganização societária que foi concluída em 27 de fevereiro de 2012.

Residencial (Telefonia fixa, Banda larga e TV paga)

No segmento Residencial, a Oi encerrou o ano com 18.337 mil UGRs. Esse resultado se deve à consistente expansão da banda larga e expressivo crescimento de TV paga, através de iniciativas que visavam: (i) diminuição do churn por meio de retenção do cliente (convergência, reposicionamento do portfólio e fidelização), e (ii) alavancagem das vendas de produtos residenciais com forte atuação na expansão de canais, campanhas publicitárias e investimentos na ampliação de velocidade de banda larga.

Como destaques em 2012, vale ressaltar a expansão da base de TV paga, a manutenção da liderança em banda larga e o lançamento do IPTV e conexão de banda larga através de fibra ótica.

A Oi encerrou o ano com 5.102 mil clientes de banda larga no segmento Residencial. Esse resultado segue em linha com sua estratégia de alavancar o número de produtos por residência. Vale destacar que o percentual de residências com produtos da Oi atingiu 40,4% ao final de 2012. Este resultado ocorreu principalmente em função de: (i) investimentos na expansão e na qualidade da rede, com consequente *upgrade* de velocidade da base; (ii) reposicionamento do produto e das ofertas do Oi Velox em determinados mercados; (iii) expansão de canais, tanto porta-a-porta como lojas próprias; e (iv) ações de fidelização (planos com desconto mensal da fatura em contrapartida da permanência do cliente por doze meses). Como resultado dessa estratégia, ao longo de 2012 a Oi manteve taxas de crescimento anual de banda larga residencial superiores a 15% em todos os trimestres, demonstrando um desempenho consistente durante todo o ano.

Em 2012 a operação de TV por assinatura manteve uma constante evolução. Como um dos pilares do plano estratégico da Oi, a expansão no segmento de TV paga tem como objetivo alavancar o número de produtos por residência, provendo assim suporte para maior capacidade de retenção e fidelização do cliente e crescimento sustentável do ARPU das residências. Em função dos sucessivos ganhos de *market share*, a Oi já se posiciona como o terceiro maior grupo econômico do mercado de TV por assinatura, com participação de 5% no encerramento de 2012. Estes resultados reforçam o sucesso do direcionamento estratégico de posicionar sua oferta com canais HD a partir do pacote de entrada, por preços competitivos, combinado com produtos de banda larga, telefonia fixa e móvel da Oi. A Oi encerrou o ano com 12.478 mil clientes de telefonia fixa no segmento de produtos Residencial, resultado que também demonstra seu foco na fidelização de seus clientes através da oferta de serviços convergentes.

Mobilidade Pessoal

O segmento de Mobilidade Pessoal alcançou 46.305 mil usuários ao final de 2012 e sua participação nas UGRs da Oi passou a representar 62,3%. A base de pré-pago atingiu 39.832 mil clientes ao final de 2012, 86% do total de usuários móveis. A base de pós-pago atingiu 6.473 mil usuários em dezembro de 2012 e representa 14% da base total do segmento. Esse resultado é explicado tanto por um aumento significativo do volume de adições brutas (remodelagem das ofertas e maior capilaridade dos canais), quanto pela redução do *churn* (proatividade na adequação de melhores planos para os clientes de acordo com a análise do perfil de consumo).

Empresarial/Corporativo

As UGRs do segmento Empresarial/Corporativo somaram 8.971 mil ao final de 2012. A Oi continua seguindo sua estratégia de ajudar os clientes a alavancar suas receitas e racionalizar seus custos por meio do uso inovador da tecnologia. Nessa visão, foi destaque no ano o lançamento do Oi *Smart Cloud* e Oi Gestão. Esses lançamentos reforçam sua estratégia de estar cada vez mais presente em toda a cadeia de serviços de telecom e TI dos seus clientes corporativos.

Desempenho Econômico-Financeiro

A receita líquida da Oi totalizou R\$ 25.169 milhões no ano de 2012, dos quais R\$ 8.941 milhões são do segmento de produtos Residencial. R\$ 8.016 milhões do segmento de Mobilidade Pessoal e R\$ 7.695 milhões do segmento Empresarial/Corporativo.

Os maiores destaques em 2012 foram (1) a retomada do crescimento da receita no segmento de produtos Residencial pelo aumento de residências com mais de um produto Oi, como por exemplo, banda larga; (2) crescimento robusto da receita no segmento de Mobilidade Pessoal pela melhoria do *mix* da base com foco no cliente de alto valor; e (3) o aumento das receitas de dados nas telefônias móvel e fixa no segmento Empresarial/Corporativo. Os custos e despesas operacionais (excluindo depreciação e amortização) totalizaram R\$ 17.253 milhões em 2012, sendo os principais custos: R\$ 7.341 com serviços de terceiros, R\$ 3.915 com custos de interconexão, R\$ 1.855 com pessoal, R\$ 1.602 com aluguéis e seguros, R\$ 507 com custos de aparelhos e CMV, e R\$ 503 em provisão para devedores duvidosos (PDD). Já o EBITDA alcançou R\$ 7.916 milhões com uma margem de 31,5% e o lucro líquido totalizou no ano R\$ 837 milhões.

Vale ressaltar que os valores de 2012 não são comparáveis aos de 2011, devido à reorganização societária que foi concluída em 27 de fevereiro de 2012.

Endividamento

R\$ Milhões	dez/12	dez/11
Endividamento		
Curto Prazo	2.783	1.162
Longo Prazo	30.088	6.962
Dívida Total	32.871	8.124
Em moeda nacional	20.497	7.191
Em moeda estrangeira	12.849	914
Swap	(475)	19
(-) Caixa	(6.903)	(9.320)
(=) Dívida Líquida	25.969	(1.196)

A Oi calcula a dívida líquida como sendo o saldo de empréstimos e financiamentos, que considera o saldo de instrumentos financeiros derivativos e debêntures (conversíveis e não conversíveis), deduzidos dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Outras empresas podem calcular a dívida líquida de maneira diferente da Oi.

A dívida líquida não é uma medida segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, pelo IFRS ou pelo USGAAP, no entanto a Administração da Oi entende que a medição da dívida líquida é útil tanto para a Oi quanto para os investidores e analistas financeiros, na avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional.

Os números de 2011 refletem a posição de dívida e caixa de Brasil Telecom S.A. e os de 2012 representam a Oi S.A., nova denominação de Brasil Telecom S.A. após a reorganização societária ocorrida em 27 de fevereiro de 2012. Como resultado do processo de reestruturação societária, a Oi S.A. passou a ser a *holding* que concentra as participações acionárias nas demais empresas do grupo, tendo assumido parcela da dívida da Telemar Norte Leste S.A. ("TMAR") e passando a ser o principal veículo de captação de todo o grupo para o mercado de capitais.

A dívida bruta consolidada da Oi totalizou R\$ 32.871 milhões em dezembro de 2012, valor em linha com o seu plano estratégico. Os principais eventos de captação em 2012 foram as seguintes captações de mercado de capitais: *Bond* 5,75% (US\$ 1,5 bilhão) e debêntures atreladas ao CDI (R\$ 400 milhões) e ao IPCA (R\$ 1,4 bilhão). Destacam-se ainda os desembolsos de ECAs com vistas ao financiamento de CAPEX, como EKN/Deutsche (US\$ 53 milhões) e Finnvera/BNP (US\$ 362 milhões), além da captação junto ao BNDES no valor total de (R\$ 2,0 bilhões).

Dentre as amortizações, merecem destaque o pré-pagamento da Debênture 2011 3ª emissão (R\$ 1,65 bilhão), o pré-pagamento parcial do CRI (R\$ 425 milhões), da Debênture 5ª emissão (BRAT15) no valor de (R\$ 70 milhões), de dois contratos com o BNDES, totalizando (R\$ 372 milhões), além do pagamento de principal e juros do BNDES (R\$ 2,4 bilhões) e os vencimentos das parcelas de juros do *Bond* em Euro (R\$ 104 milhões), das Debêntures 5ª, 7ª e 8ª emissão da Oi S.A. (R\$ 539 milhões) e do CCB/BB (R\$ 297 milhões). A Oi manteve sua política de gestão de passivos onerosos, com vistas a substituir dívidas mais caras por captações de custo inferior.

A dívida líquida consolidada encerrou o ano de 2012 em R\$ 25.969 milhões. É importante lembrar que, ao final de 2011, a Oi estava se preparando para a sua operação de reestruturação societária, quando havia a previsão de desembolsos elevados no início de 2012, quais sejam, direito de retirada, bonificação e dividendos, trazendo impacto negativo no caixa da Oi. Os elevados investimentos realizados no período, igualmente em linha com o plano estratégico da Oi, também contribuíram para menor geração de caixa livre.

A parcela da dívida em moeda estrangeira representava 40,3% do total da dívida ao final do ano de 2012. Todavia, apenas 1,4% da dívida bruta, equivalente a R\$ 466 milhões (US\$228 milhões), apresentava alguma exposição às flutuações cambiais para a Oi. Vale ressaltar que as operações de derivativos contratadas bem como o caixa mantido em moeda estrangeira oferecem proteção cambial para esta parcela da dívida. O fluxo de pagamentos dessas dívidas está totalmente coberto até março de 2015.

O custo efetivo da dívida acumulado em 2012 foi de 110,97% do CDI, um aumento em relação ao ano anterior (96,4% do CDI), explicado pela parcela da dívida da Oi atrelada ao IPCA e TJLP e pré-fixado, indexadores mais caros em épocas de taxa Selic historicamente baixas. Em um ano de redução de taxas de juros pelo BC (7,25 - 2012 / 11,00% - 2011), há um aumento natural do custo da dívida em termos relativos ao CDI, muito embora em termos absolutos o custo da Oi tenha apresentado redução. O prazo médio da dívida, ao final de dezembro/2012 estava em 4,8 anos, mantendo a tendência de alongamento dos últimos trimestres.

Investimentos

	2012	2011
Investimentos		
Rede	4.421	975
Serviços de TI	277	69
Licença 4G + Outros	1.407	254
Total	6.104	1.297

No ano de 2012, alinhado com o plano estratégico da Oi, os investimentos somaram R\$ 6.104 milhões, composto principalmente pelos investimentos na rede móvel com a expansão do 2G e 3G, na expansão da rede de dados na fixa e na melhoria e abrangência da Velox e Oi TV, além dos investimentos na otimização dos sistemas em TI, na aquisição da licença 4G e no crescimento das lojas próprias. Vale lembrar que valores de 2012 não são comparáveis com os de 2011, devido à reorganização societária que foi concluída em 27 de fevereiro de 2012.

Mercado de Capitais e Estrutura Acionária

Ao final de 2012, o capital da Oi era representado por 1.797,1 milhões de ações, sendo 599,0 milhões ações ON e 1.189,1 milhões de ações PN.

	Ações do Capital Social	Em Tesouraria	TmarPart	Acionistas TmarPart(2)	Em circulação
Ordinárias	599.008.629	84.250.695	290.549.788	61.995.173	162.212.973
Preferenciais	1.198.077.775	72.808.066	-	441.556.694	683.713.015
Total	1.797.086.404	157.058.761	290.549.788	503.551.867	845.925.938

Obs: (1) Posição acionária em 31/12/2012.

(2) AG Telecom, Andrade Gutierrez, BNDES, Bratel, Funcef, La Fonte Telecom, LF TEL, Petros e Previ. Na BM&FBovespa, as ações da Oi encerraram o ano de 2012 cotadas a R\$ 9,16 OIBR3 e a R\$ 8,32 OIBR4. Apresentaram desempenho positivo em 2012 de 13,0% OIBR3 e 15,2% OIBR4. O Ibovespa encerrou o mesmo período com alta de 7,4%.

Na bolsa de Nova York (NYSE), os ADRs da Companhia tiveram valorização de 2,82% OIBR e 1,40% OIBR.C em 2012. (Fonte de dados: Economatica).

Em abril de 2012 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária pagamentos de dividendos relativos ao exercício social encerrado em 2011. O pagamento de dividendos foi efetuado em maio de 2012 no valor total de R\$ 2,0 bilhões, equivalente ao montante de R\$ 1,219487094508 por ação ordinária e preferencial.

Em agosto de 2012 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária e efetuado o pagamento de dividendos e bonificação conforme segue:

- Pagamento de dividendos no valor total de R\$ 507.715.614,95 equivalente ao montante de R\$ 0,309577473963 por ação ordinária e preferencial.
- Pagamento do resgate das ações preferenciais classe B e C emitidas em bonificação aos acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pelo valor total de R\$ 492.284.385,05 equivalente ao montante de R\$ 0,300168346034 por ação ordinária e preferencial.

3 ENDIVIDAMENTO DA COMPANHIA

1. Emissão Pública de Debêntures da Companhia - 8ª Emissão:

Em 2008 a Companhia promoveu a sua 8ª Emissão Pública de Debêntures, captando recurso que foi integralmente destinado ao refinanciamento das obrigações financeiras decorrentes da aquisição das ações da então controlada indireta TMAR, objeto da Oferta Pública voluntária – "OPA", realizada em 2007 proporcionando ainda Liquidez Adicional (montante remanescente em caixa). A 8ª Emissão (7ª Emissão Pública por Telemar Participações S.A.) está distribuída em duas séries, de 161.000 Debêntures, com valor nominal unitário de dez mil reais na data de emissão de 15 de abril de 2008, perfazendo o total de R\$ 1.610 milhões, com vencimentos: a 1ª série em 15 de abril de 2013 e a 2ª série em 15 de abril de 2015. As Debêntures são nominativas escriturais, não conversíveis em ações, sem emissão de cautelares ou certificados e com garantia real de penhor sobre ações de emissão da Oi, de titularidade da Companhia. A Remuneração da 1ª Série será pela Taxa DI, acrescida de *spread* equivalente a 1,40% ao ano. A Remuneração da 2ª Série será pela Taxa DI acrescida de *spread* equivalente a 1,55% ao ano. Os saldos da 1ª e 2ª séries encontram-se discriminados abaixo.

8ª emissão	Em R\$ x mil		
Descrição / Entidade	2012	2011	Variação
Debêntures públicas			
- 1ª Série	233.919	471.539	(237.620)
- 2ª Série	476.980	471.682	5.298
Total Geral	710.899	943.221	(232.322)

2. Emissão Pública de Debêntures da Companhia - 9ª Emissão:

Em 29 de março de 2011 a Companhia promoveu a sua 9ª Emissão Pública de Debêntures, captando recurso que foi integralmente destinado na integralização de parte de um aumento de capital social da sua subsidiária integral da Valverde, visando à obtenção de recursos para que a SPE subscrisse e integralizasse ações ordinárias de emissão da TNL representativas de 3,51% do seu capital social. A 9ª Emissão está distribuída em cinco Debêntures divididas em cinco séries, perfazendo o total de R\$ 180 milhões, com vencimentos: a 1ª série em 31 de março de 2015, a 2ª série em 31 de março de 2016, a 3ª série em 31 de março de 2017, a 4ª série em 02 de abril de 2018 e a 5ª série em 01 de abril de 2019. As Debêntures são simples, não conversíveis em ações, com garantia real e para distribuição com esforços restritos de colocação. Farão jus a uma remuneração pré-fixada equivalente a 11,2568% ao ano, calculada de forma linear. Os saldos das cinco séries encontram-se discriminados abaixo:

9ª emissão	Em R\$ x mil	
Descrição / Entidade	2012	
Debêntures públicas		
- 1ª série		49.476
- 2ª série		45.884
- 3ª série		42.784
- 4ª série		40.065
- 5ª série		37.688
Total Geral		215.897

3. Emissão Pública de Debêntures da Companhia - 10ª Emissão:

Em 26 de setembro de 2011 a Companhia promoveu a sua 10ª Emissão Pública de Debêntures, captando recursos que foram integralmente utilizados para a liquidação de notas promissórias em circulação emitidas pela companhia em 13 de abril de 2011, no âmbito da sua 2ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais, e o saldo remanescente destinado para reforçar o caixa da Companhia. A 10ª Emissão é composta por 50.000 Debêntures em série única, perfazendo o valor total de R\$ 500 milhões, com prazo de sete anos, contados da data de emissão, vencendo-se em 05 de outubro de 2018. As Debêntures são simples, não conversíveis em ações, com garantia real e para distribuição com esforços restritos de colocação. A remuneração será pela Taxa DI, acrescida de *spread* equivalente a 1,35% ao ano. Para a 10ª Emissão, a Moody's atribuiu o *rating* Baa3 em moeda local e Aa1.br na escala nacional brasileira. O saldo da 10ª Emissão de Debêntures encontra-se discriminado abaixo:

10ª emissão	Em R\$ x mil	
Descrição / Entidade	2012	
Debêntures públicas		
- Série Única		530.077
Total Geral		530.077

4. Emissão Pública de Debêntures da Companhia - 11ª Emissão:

Em 05 de abril de 2012 a Companhia promoveu a sua 11ª Emissão Pública de Debêntures, captando recursos que foram integralmente utilizados para capital de giro da Companhia, reestruturação e alongamento do perfil da dívida e para seu plano de investimentos. A 11ª Emissão é composta por 500 Debêntures em série única, perfazendo o valor total de R\$ 500 milhões, com prazo de sete anos, contados da data de emissão, vencendo-se em 05 de abril de 2019. As Debêntures são simples, não conversíveis em ações, com garantia real e para distribuição com esforços restritos de colocação. A remuneração será pela Taxa DI, acrescida de *spread* equivalente a 1,20% ao ano. Para a 11ª Emissão, a Moody's atribuiu o *rating* Baa3 em moeda local e Aa1.br na escala nacional brasileira. O saldo da 11ª Emissão de Debêntures encontra-se discriminado abaixo:

11ª emissão	Em R\$ x mil	
Descrição / Entidade	2012	
Debêntures públicas		
- Série Única		507.016
Total Geral		507.016

5. Ações Preferenciais Resgatáveis:

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de abril de 2008 a Companhia aumentou o capital mediante a emissão de 1.000.000 de novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1.239,61 por ação, perfazendo um total de R\$ 1.239.616. As ações preferenciais emitidas foram integralmente subscritas e integralizadas pelo acionista BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. – BNDESPAR e gozaram, entre outras, das seguintes preferências, direitos e vantagens: (i) prioridade na distribuição de dividendo fixo, cumulativo, no valor em moeda corrente equivalente a 5% (cinco por cento) ao ano sobre o preço de emissão por ação corrigido monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou qualquer outro que venha a substituí-lo, ajustado, se for o caso, por eventuais bonificações, grupamentos e/ou desdobramentos de ações, a ser pago até o dia 30 de abril de cada exercício social; (ii) são resgatáveis pelo valor correspondente a seu preço de emissão

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Reserva de capital			Reserva de lucros				Ágio, perdas e ganhos em transações de capital e variações de percentagens de participações (164.342)	Outros resultados abrangentes	Custo na emissão de ações reflexo	Ações em Tesouraria	Ações preferenciais resgatáveis (1.239.616)	Total da participação dos acionistas controladores 1.271.518 761.181	Participação dos acionistas não controladores 17.166.956	Total do patrimônio líquido 18.438.474 761.181 4.593.372
	Capital Social 1.798.529 122.612	Ágio na subscrição de capital 638.569	Opção de ações reflexa 26.759	Legal 2.195	Lucros a realizar	Retenção de lucros	Fundo de resgate 267.082								
Em 31 de dezembro de 2010															
Aumento de capital															
Aumento de capital nas controladas															
Resgate e cancelamento de ações preferenciais															
Dividendos e juros sobre capital próprio declarados por controladas							(165.281)					165.281		4.593.372	(246.175)
Dividendos e juros sobre capital próprio declarados por controladas															(246.175)
Acções bonificadas a resgatar															(761.763)
Plano de opção de ações															5.733
Ganho (Perda) de contabilidade de "hedge"															7.108
Variação de participação em investimentos															652
Outros efeitos diretamente ao patrimônio de controladas															(2.564)
Prejuízo do exercício															(814.864)
Destinação do resultado															
Transferência para reserva do fundo de resgate															
Em 31 de dezembro de 2011	1.921.141	638.569	28.134	2.195			119.274 94.201					(1.074.335)	1.222.760	20.752.661	21.975.421
Transferência para reserva do fundo de resgate							94.201								
Aumento de capital nas controladas															
Resgate e cancelamento de ações preferenciais															
Dividendos e juros sobre capital próprio declarados por controladas															
Custo na emissão de ações reflexa - Oi															
Direito de retirada referente a Reorganização Societária - Oi															
Acções bonificadas a resgatar															
Plano de opção de ações															
Encerramento plano de opção de ações															
Ganho (Perda) de contabilidade de "hedge"															
Variação de participação em investimentos															
Outros efeitos diretamente ao patrimônio de controladas															
Prejuízo do exercício															
Aquisição de ações de minoritários															
Resgate de ações bonificadas															
Destinação do resultado															
Transferência para reserva do fundo de resgate															
Em 31 de dezembro de 2012	1.921.141 1.921.141	638.569	638.569	2.195			135.096	137.291				(1.074.335) (909.055)	1.157.080 1.157.080	16.240.285 16.240.285	17.397.365 17.397.365

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BRGAAP/IFRS)		DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS/BRGAAP)		Empresa	Atividade	Direta 2012	Indireta 2012	Direta 2011	Indireta 2011
	2012	2011	2012	2011		2012	2011	2012	2011						
Atividades operacionais					Receitas					VEX Paraguay S.A (5)	Internet Wifi	17,72%			15,65%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(297.452)	(469.237)	179.038	(925.532)	Vendas de serviços e mercadorias					Pointer Peru S.A.C (13)	Internet Wifi	17,72%			15,65%
Itens de resultado que não afetam o caixa					Descontos incondicionais e cancelamentos					VEX Portugal S.A (14)	Internet Wifi	17,72%			15,65%
Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	217.112	221.998	3.751.515	3.576.630	Provisão para créditos de liquidação duvidosa					VEX Panamá S.A (15)	Internet Wifi	17,72%			15,65%
Depreciação e amortização	50.597	50.597	5.315.091	5.708.902	Outras receitas					Oi Brasil Holdings Cooperatief UA (16)	Sistemas de pagamentos e de crédito	17,72%			15,65%
Perdas sobre contas a receber			596.405	920.872	Outras receitas	249	2.206	2.088.490	1.740.065	Circulo das Águas Telecom S.A.	Investimentos em propriedades	17,72%			15,65%
Provisões	150	2.566	441.340	931.807	Insuficiências de terceiros	249	2.206	39.556.181	38.835.903	Carpi RJ Participações S.A. ("Carpi")	Investimentos em propriedades				15,65%
Reversão variação monetária de depósitos judiciais				198.853	Custos com interconexão			(4.414.481)	(4.651.235)	Cremona RJ Participações S.A. ("Cremona")	Investimentos em propriedades				15,65%
Desvalorização com ativo financeiro disponível para venda				667.926	Materiais e energia			(1.020.413)	(956.228)	Caryopocoeae Participações S.A.	Investimentos em propriedades	17,72%			15,65%
Provisão para fundos de pensão			382.875	7.823	Custo de mercadorias			(615.888)	(263.853)	Tomboa Participações S.A.	Investimentos em propriedades				15,65%
Equivalência patrimonial	(91.778)	34.553			Serviços de terceiros	(3.039)	(11.061)	(9.041.209)	(9.186.528)	Bryophyta SP Participações S.A.	Investimentos em propriedades				17,72%
Perda na baixa de ativo permanente			387.388	85.486	Outros	(227)	(487)	(1.114.013)	(435.670)	Tele Participações S.A.	Investimentos em propriedades				15,65%
Receita na alienação de bens			(389.128)		Valor adicionado bruto	(3.265)	(11.548)	(16.206.004)	(15.493.714)	Sumbe Participações S.A.	Investimentos em propriedades				7,71%
Baixa de valor contábil - Ágio Paggo				36.211	Retenções					Oi Serviços Financeiros S.A.	Investimentos em propriedades				17,69%
Taxa de prorrogação do Contrato de Concessão - ANATEL				137.068	Depreciação e amortização	(50.597)	(50.597)	(5.315.091)	(5.708.902)	Rio Alto Participações S.A.	Investimentos em propriedades				17,72%
Participação de empregados e administradores				419.668	Provisões (inclui atualização monetária)	(961)	(3.619)	(728.348)	(1.314.979)	(i) Controlada incorporada conforme divulgado, nesta nota, no item Outras incorporações realizadas em 2012.					7,71%
Operações com instrumentos financeiros derivativos				(244.359)	Desvalorização com ativo financeiro disponível para venda				(667.926)	(ii) Controlada incorporada conforme divulgado, nesta nota, no item Reorganização Societária do Grupo IG realizada em outubro de 2012.					
Atualização monetária de provisões	811	1.053	287.251	1.053	Outras despesas	(51.558)	(54.216)	(6.274.002)	(8.101.281)	Todas as controladas diretas e indiretas da Companhia são sediadas no Brasil exceto as seguintes:					
Atualização monetária do programa de refinanciamento fiscal			94.489	177.847	Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(54.575)	(63.558)	17.076.175	15.240.908	1) Sediada em Bermuda					
Atualização monetária de dividendos e juros sobre capital próprio	186	201	186	2.298	Valor adicionado recebido em transferência					2) Sediada nos Estados Unidos da América					
Programa de refinanciamento fiscal				208.944	Equivalência patrimonial	91.778	(34.553)			3) Sediada na Venezuela					
Apropriação de despesa antecipada				942.904	Receitas financeiras	31.002	23.507	2.365.725	2.250.985	4) Sediada na Colômbia					
Remuneração baseada em ações				7.108	Valor adicionado total a distribuir	122.780	(11.046)	2.365.725	2.250.985	5) Sediada no Paraguai					
Dividendos prescritos			(74.732)	(189.023)	Distribuição do valor adicionado	68.205	(74.604)	19.441.900	17.491.893	6) Sediada na Espanha					
Dividendos fixos e atualização monetária sobre ações preferenciais resgatáveis	135.946	159.833	135.946	159.833	Pessoal					7) Sediada no Uruguai					
Outros	15.572	1.564	12.728.734	12.069.806	Remuneração direta	(8.516)	(7.523)	(1.920.014)	(1.162.775)	8) Sediada na Ucrânia					
Mutações patrimoniais					Benefícios	(423)	(362)	(390.831)	(358.423)	9) Sediada na Bolívia					
Contas a receber				(1.874.287)	FGTS	(175)	(191)	(147.987)	(105.883)	10) Sediada na Argentina					
Estoques				(251.540)	Outros	(9.114)	(8.076)	(2.531.183)	(1.686.149)	11) Sediada no Canadá					
Tributos	(8.629)	(11.760)	512.106	10.085	Impostos e taxas					12) Sediada no Chile					
Aplicações financeiras mantidas para negociação	(287.122)		(9.672.761)	(7.756.357)	Federais	(1.803)	(1.980)	(1.782.042)	(1.694.108)	13) Sediada no Peru					
Resgate de aplicações financeiras mantidas para negociação			9.440.445	7.724.577	Estaduais			(8.141.436)	(8.541.923)	14) Sediada em Portugal					
Despesas antecipadas			(1.361.685)	(1.084.793)	Municipais			(78.984)	(311.640)	15) Sediada no Panamá					
Fornecedores	(1.509)	1.645	(993.468)	1.016.117	Valor adicionado distribuído	(1.803)	(1.980)	(10.002.462)	(10.547.671)	16) Sediada na Holanda					
Salários, encargos sociais e benefícios	(50)	228	9.752	(280.571)	As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras					17) Sediada nas Ilhas Virgens Britânicas					
Provisões			(803.847)	(788.793)	DIVULGAÇÕES ADICIONAIS A DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA					As atividades operacionais em empreendimentos controlados em conjunto estão demonstradas abaixo:					
Provisão para fundos de pensão			(100.526)	(96.148)	Controladora	2012	2011	2012	2011	Empresa	Atividade	Direta 2012	Indireta 2012	Direta 2011	Indireta 2011
Outras contas ativas e passivas	(22)	27	680.232	199.266	Consolidado	2012	2011	2012	2011	Companhia AIX de Participações ("AIX")	Tráfego de dados		8,86%		7,82%
Encargos financeiros pagos			(9.860)	(4.415.579)	Transações não-caixa					Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. Financeira			8,86%		7,80%
Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa			(2.905.938)	(2.772.857)	Varição entre investimento econômico e financeiro (ativo imobilizado e intangível)			1.146.565	(150.807)	Os ativos e passivos das entidades controladas em conjunto foram combinados linha a linha nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia pelo método de consolidação proporcional, conforme apresentado abaixo:					
Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros			(1.111.419)	(562.565)	Dividendos declarados e não pagos			416.686	231.730	AIX				2012	2011
Recebimento de bonificação de ações	74.962	73.187	83.087	159.661	Dividendos declarados por controladas e não recebidos	11.500	31.047			Ativo circulante				6.707	3.501
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	439.209	187.167	(183.641)	(4.260.638)	Acções bonificadas a resgatar			99.967	761.763	Ativo não circulante				60.012	65.460
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(94.593)	(191.937)	4.052.517	6.332.669	Compensação de depósitos judiciais contra provisões			378.693	409.985	Passivo circulante				1.640	2.337
Atividades de investimentos					Compensação de depósitos judiciais contra tributos				158.281	Passivo não circulante				2.895	1.849
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível			(6.023.070)	(5.109.990)	Fluxo de caixa das atividades de investimentos					Patrimônio líquido				62.184	64.775
Crédito com partes relacionadas e debêntures - Recebimento			133.023		Atividades de financiamentos					Recceitas				23.837	
Recurso obtidos na venda de bens			720.175	170.536	Captações líquidas de custos	500.000	1.400.000	10.875.517	11.184.323	Despesas				(24.112)	
Aumento dos investimentos permanentes			(11.792)	(12.591)	Pagamentos de principal de empréstimos, Financiamentos, debêntures, derivativos e leasing	(302.400)	(548.620)	(8.657.038)	(11.747.050)	Paggo Soluções				2012	2011



TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A.

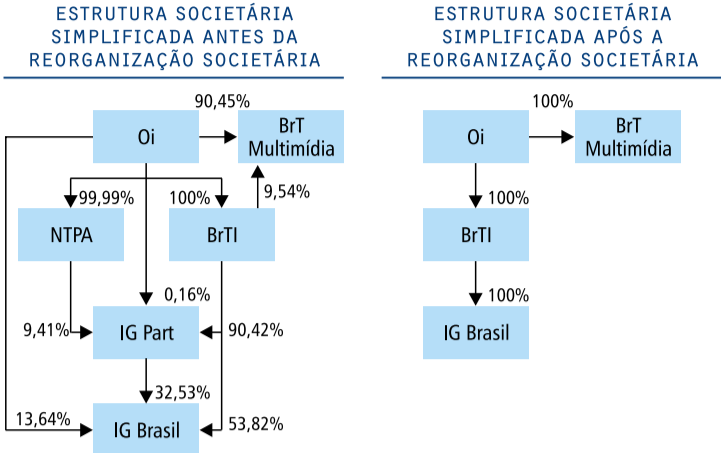
COMPANHIA ABERTA

CNPJ: 02.107.946/0001 - 87

Também em decorrência da Reorganização Societária, a Companhia apurou a equivalência patrimonial sobre os resultados da TNL e da TMAR dos meses de janeiro e fevereiro e sobre o resultado da Oi do mês de março e dezembro. Para fins de consolidação e comparabilidade, a Companhia divulgou as informações consolidadas das contas de resultado somando os saldos das contas da TNL e TMAR de janeiro e fevereiro mais os saldos das contas da Oi do mês de março a dezembro, comparando-os com os saldos consolidados da TNL do ano de 2011. Para as contas patrimoniais foram divulgados os saldos consolidados da Oi em 31 de dezembro de 2012, comparando-os com os saldos consolidados da TNL em 31 de dezembro de 2011.

Reorganização Societária do Grupo IG realizada em outubro de 2012

Em 24 de outubro de 2012, o Conselho de Administração da Oi aprovou a reorganização societária das empresas controladoras do grupo IG por meio dos seguintes passos: (i) Aumento do capital social da BrTI, pela Oi, no valor de R\$ 51.828, integralizado por meio da transferência da participação detida pela Oi na NTPA (99,99%); IG Part (0,16%) e IG Brasil (13,64%); (ii) redução do capital social da BrTI, no valor de R\$ 48.807, através da transferência do investimento detido na BrT Multimídia para a Oi (iii) incorporação da IG Part pela IG Brasil e da NTPA pela BrTI, a valor contábil, de modo que a IG Brasil passou a ser subsidiária integral da BrTI.



Outras incorporações realizadas em 2012

- Durante os meses de outubro, novembro e dezembro de 2012 foram realizadas diversas incorporações envolvendo *“holdings”* e companhias inativas do Grupo Oi visando à simplificação da estrutura societária. O patrimônio líquido das empresas incorporadas foi avaliado com base no seu valor contábil.
- i. Incorporação da Vant pela BrT Multimídia em 30 de outubro de 2012;
- ii. Incorporação da TNL.Net, TNL Trading, TNL Exchange e JINT pela BrTI em 1 de novembro de 2012;
- iii. Incorporação da Tomboa, Tete e Carpi pela TMAR em 30 de novembro de 2012;
- iv. Incorporação da Blackpool pela Oi Internet em 1 de dezembro de 2012;
- v. Incorporação da TNCP (subsidiária integral) pela TMAR em 31 de dezembro de 2012.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, e têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia e suas controladas.

(a) Base de elaboração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis no item (b) a seguir. A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (c).

Demonstrações Financeiras Consolidadas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com o IFRS – *“International Financial Reporting Standards”* emitidos pelo IASB – *“International Accounting Standards Board”* e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM.

Demonstrações Financeiras Individuais

As Demonstrações Financeiras Individuais da controladora foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

As Demonstrações Financeiras Individuais, preparadas para fins estatutários, apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas Demonstrações Financeiras Individuais não estão em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas Demonstrações Financeiras Consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas Demonstrações Financeiras Individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

(b) Principais políticas contábeis

Crítérios de consolidação das controladas pelo método integral

A consolidação integral foi elaborada de acordo com o IAS 27 / CPC 36 (R2) – Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações contábeis das controladas diretas e indiretas da Companhia. Os principais procedimentos de consolidação são:

- soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil;
- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas e despesas relevantes, entre as empresas consolidadas;
- eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas;
- destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício; e
- consolidação dos fundos de investimentos exclusivos (Nota 9).

Crítérios de consolidação das entidades controladas em conjunto pelo método proporcional

A Oi optou por reconhecer a participação nos empreendimentos controlados em conjunto através do método de consolidação proporcional, de acordo com o IAS 31 / CPC 19 (R1) – Investimento em empreendimento controlado em conjunto. O método utilizado consiste em consolidar a participação da Oi em cada um dos ativos, passivos, receitas e despesas da entidade controlada em conjunto, linha a linha, em suas demonstrações contábeis.

Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação
A Companhia e suas controladas atuam, respectivamente, como *holding* e operadoras no setor de telecomunicações brasileiro e em atividades correlacionadas ao respectivo setor (vide Nota 1), sendo a moeda corrente utilizada nas transações o Real (R\$).

Para a definição da moeda funcional, a Administração considerou a moeda que influencia:

- preço de venda de seus produtos e serviços;
- os custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos;
- o fluxo de caixa pelo recebimento de clientes e pagamento a fornecedores;
- juros, investimentos e financiamentos.

Sendo assim a moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real (R\$), mesma moeda que é utilizada para apresentação das Demonstrações Financeiras.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data da transação. A variação cambial resultante da conversão é reconhecida na demonstração do resultado.

Empresas do grupo

A Companhia e suas controladas possuem investimentos em empresas com sede no exterior, nenhuma das quais utiliza uma moeda funcional diferente do Real (R\$).

A Oi possui uma controlada na Venezuela, cuja economia é considerada hiperinflacionária pelo IAS 29. A Administração da Companhia analisou o efeito da hiperinflação nas Demonstrações Financeiras Consolidadas e concluiu que o impacto da atualização monetária no período é material em razão do patrimônio líquido (passivo a descoberto) daquela controlada (base para os efeitos hiperinflacionários), em 31 de dezembro de 2012, ser de R\$ 2.563 (2011 - R\$ 2.658).

Itens não monetários indexados a moeda estrangeira

A Companhia e suas controladas não possuem itens não monetários indexados a moeda estrangeira (distinta da moeda funcional e de apresentação), em razão das controladas no exterior representarem a extensão das operações de sua controladora brasileira.

Apresentação de informação por segmentos

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais da Companhia, a Administração. Todos os resultados operacionais dos segmentos são analisados frequentemente para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho. Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de imobilizado e ativos intangíveis de não ágio.

Combinações de negócios

A Companhia optou por adotar a isenção para o reconhecimento das combinações de negócios ocorridas anteriormente à data de transição para as IFRS e CPC, 1 de janeiro de 2009, de acordo com o IFRS 1 / CPC 37. Sendo assim os excedentes pagos estão mensurados e classificados conforme sua fundamentação original. Para os casos em que o fundamento tenha sido as mais-valias de ativos adquiridos, a Companhia procede a depreciação com base nas vidas úteis e caso haja evidência de perdas no valor recuperável a Companhia efetuou os testes para avaliar a extensão da redução do valor recuperável dos ativos e, para os casos em que o fundamento seja a rentabilidade econômica futura (*“goodwill”*), a Companhia testa anualmente o valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento dos exercícios apresentados e não superam o valor de mercado, cuja classificação é determinada conforme abaixo.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas de acordo com a sua finalidade em: (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização, quando aplicável, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

Contas a receber

As contas a receber decorrentes de serviços prestados de telecomunicações estão avaliadas pelo valor das tarifas do serviço na data da prestação do serviço e não diferem de seus valores justos.

Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não faturados até a data de encerramento dos exercícios, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares, *sicard* e acessórios. A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em histórico de inadimplência.

Estoques

Os estoques estão segregados e classificados conforme disposição abaixo:

- Estoques de materiais de manutenção, classificados no ativo circulante conforme seu prazo de utilização, são demonstrados pelo custo médio de aquisição, os quais não excedem o custo de reposição.
- Estoque para expansão, classificado no ativo imobilizado, é demonstrado pelo custo médio de aquisição e tem como objetivo ser aplicado na expansão da planta de telefonia.
- Estoques de materiais de revenda, classificados no ativo circulante, são apresentados pelo custo médio de aquisição, basicamente, representados por aparelhos celulares e acessórios. Para os aparelhos celulares e acessórios, são registrados ajustes ao provável valor de realização para os casos em que as aquisições são realizadas a valores superiores ao de venda. Para os estoques obsoletos são registradas as perdas ao valor recuperável.

Ativo financeiro disponível para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como (a) empréstimos e contas a receber, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. A Companhia registra ativos financeiros disponíveis para venda inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Investimentos

Nas Demonstrações Financeiras Individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

As Demonstrações Financeiras de controladas e controladas em conjunto (*“joint ventures”*) são incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas a partir da data em que o controle, controle compartilhado, se inicia até a data em que o controle, controle compartilhado, deixa de existir. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para a Companhia e os custos com desmontagem, remoção e restabelecimento de ativos. Os encargos financeiros decorrentes de obrigações que financiam bens e obras enquanto em construção são capitalizados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem, entretanto são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil econômica.

Os bens atrelados a contratos de arrendamento mercantil financeiro são registrados no imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, a qual a Companhia revisa anualmente.

Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Oi, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que este esteja disponível para uso.
- A Administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.
- O *software* pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gere benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Compreende a avaliação anual ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperável. Os ativos de longa duração podem ser identificados como de vida útil indefinida e ativos sujeitos a depreciação e amortização (ativo imobilizado e ativo intangível). Uma eventual perda é reconhecida por um montante pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu montante recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre valor justo do qual o saldo contábil do ativo excede seu valor em uso. Para o propósito de avaliação ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao menor nível para o qual existam UGC - Unidades Geradoras de Caixa e são realizadas projeções com base em fluxos de caixa descontados, fundamentadas em expectativas sobre as operações da Companhia.

As UGC são os segmentos de negócios da Companhia, tendo em vista ser a menor unidade separável com capacidade de geração de caixa.

As projeções do VPL - Valor Presente Líquido das UGC são elaboradas levando-se em consideração as seguintes premissas:

- Fontes internas de informação: evidência de obsolescência ou dano, planos de descontinuação, relatórios de desempenho, entre outros;
- Fontes externas de informação: valor de mercado dos ativos, ambiente tecnológico, ambiente de mercado, ambiente econômico, ambiente regulatório, ambiente legal, taxas de juros, taxas de retorno sobre os investimentos, valor de mercado das ações da Oi, entre outros.

Para os ativos de vida útil indefinida as referidas projeções suportam a redução por valorização desses ativos. Adicionalmente, de acordo com as avaliações efetuadas pela Oi, não houve evidências de perda de valor que gerassem a realização de projeções para os ativos com vida útil definida.

Ajuste a valor presente

A Companhia efetua avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste a valor presente. Os ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil são ajustados a valor presente.

Em aspectos gerais, quando aplicável a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de captação global da Companhia, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado da Companhia pelo prazo da operação.

Na avaliação da Companhia nenhum ativo e passivo registrado em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é sujeito ao ajuste a valor presente, tendo em vista os seguintes fatores: (i) sua natureza; (ii) realização a curto prazo de determinados saldos e transações; (iii) instrumentação de ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos. Nos casos em que os instrumentos financeiros estão mensurados pelo custo amortizado, estes se encontram atualizados monetariamente pelos índices contratuais.

Deterioração de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

No caso de investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado atualizados pelas variações monetárias ou cambiais e acrescidos de juros incorridos até a data do encerramento do exercício.

Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com a finalidade de reduzir a exposição de risco de mercado decorrente das variações nas taxas de câmbio da dívida e de aplicações financeiras no exterior em moeda estrangeira e, inclusive, decorrentes das variações das taxas de juros flutuantes das dívidas.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor de mercado na data em que um contrato derivativo é celebrado e são subsequentemente mensurados ao seu valor justo. Alterações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas diretamente no resultado.

Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de dívida ou de patrimônio emitidos pela Companhia e suas controladas são classificados como passivos financeiros ou como instrumento de patrimônio, respeitando a substância contratual da transação.

A partir de 27 de fevereiro de 2012, a Oi passou a fazer uso da contabilidade de *“hedge”* para os instrumentos financeiros derivativos, sendo que a sua controlada TMAR já adotava desde 1 de janeiro de 2011. A adoção desta prática objetiva a redução da volatilidade do resultado reconhecido devido à variação do valor justo destes instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros derivativos designados para a contabilidade de *“hedge”* são submetidos a testes periódicos de efetividade prospectiva e retrospectiva utilizando metodologia de compensação monetária (*“dollar offset”*).

Os derivativos contratados e designados para contabilidade de *“hedge”* são formalmente identificados por meio de documentação na designação inicial, elaboradas de acordo com os requisitos do CPC 38 (IAS 39). Foram designados para contabilidade de *“hedge”* os instrumentos financeiros derivativos classificados como *“hedge”* de fluxo de caixa. A parcela eficaz, conforme definido no CPC 38 (IAS 39), é registrada em conta do patrimônio líquido, denominada “Outros resultados abrangentes”, líquida de impostos, e é reclassificada para resultado financeiro com base na taxa efetiva. A parcela ineficaz, mensurada após testes de efetividade realizados trimestralmente, é registrada no resultado financeiro no mesmo período em que ocorre.

As variações no valor justo de instrumentos financeiros derivativos não designados para fins de contabilidade de *“hedge”* são contabilizadas como receitas e/ou despesas financeiras no resultado do período em que ocorrerem.

Será terminada a contabilidade de *“hedge”* e a designação removida quando:

- (i) O contrato do instrumento financeiro derivativo for exercido, terminado ou liquidado, ou se a Oi e sua controlada TMAR removerem voluntariamente a designação, obedecendo os critérios estabelecidos pelo CPC 38 (IAS 39). Caso o objeto de *“hedge”* continue existindo, os saldos acumulados em outros resultados abrangentes referentes às variações do valor justo do instrumento financeiro derivativo são apropriados ao resultado do período no qual as despesas de juros e variações cambiais do objeto de *“hedge”* são apropriadas.
- (ii) A dívida for pré-paga ou extinta. Neste caso, o saldo acumulado em outros resultados abrangentes é imediatamente apropriado às receitas e/ou despesas financeiras no resultado do período no qual a designação for desfeita.

As informações requeridas sobre os instrumentos financeiros derivativos, assim como os efeitos reconhecidos pela Oi e sua controlada TMAR no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, estão descritas na Nota 3.

Provisões

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Benefícios a empregados

Planos de previdência privada - Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pela Companhia e suas controladas em benefício de seus empregados são administrados por duas fundações. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais e, quando aplicável, contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência.

A Companhia e suas controladas contam com planos de benefícios definidos e contribuições definidas.

No plano de contribuição definida a patrocinadora paga contribuições fixas para um fundo, administrado por uma entidade em separado. As contribuições são reconhecidas como despesas relativas aos benefícios aos empregados quando incorridas. A patrocinadora não tem a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais, caso o fundo não disponha de ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados aos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores.

No plano de benefício definido se adota o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais pelo critério do corredor. O benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes, que utilizam o método de crédito de unidade projetada. O valor presente do benefício definido é determinado descontando-se as saídas de caixa futuras estimadas, utilizando a projeção da taxa de inflação acrescida de juros de longo prazo. A obrigação reconhecida no balanço, no que tange aos planos de pensão de benefícios definidos que são deficitários, corresponde ao valor presente dos benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano.

O ativo reconhecido no balanço corresponde ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis, na forma de restituições ou de reduções em contribuições futuras para o plano.

Plano de opção de compra de ações - A Oi possuía plano de opções de compra de ações outorgadas a administradores e empregados, liquidadas em ações, que foi extinto em 31 de dezembro de 2011. O valor justo dos serviços recebidos dos empregados em troca da garantia destas opções foi determinado com referência no valor justo das opções, estabelecido na data de sua concessão.

Participações dos empregados no resultado - A provisão que contempla o programa de participações dos empregados nos resultados é contabilizada pelo regime de competência, no qual participam todos os empregados elegíveis que tenham trabalhado proporcionalmente no ano conforme as regras do Programa. A determinação do montante, que é pago até abril do ano seguinte ao do registro da provisão, considera o programa de metas estabelecido junto aos sindicatos da categoria, através de acordo coletivo específico.

Reconhecimento das receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Oi e de suas controladas.

A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos foram satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia.

As receitas de serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As ligações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo de medição conforme legislação em vigor. Os serviços cobrados em valores fixos mensais são calculados e contabilizados em bases lineares. Os serviços pré-pagos são registrados como receitas a apropriar e são reconhecidos na receita à medida que os serviços são utilizados pelos clientes.

As receitas provenientes da venda de aparelhos celulares e seus acessórios são registradas quando estes são entregues e aceitos pelos clientes. Descontos e abatimentos relacionados às receitas de serviços prestados e à venda de aparelhos e acessórios são considerados no reconhecimento das receitas a que se vinculam. As receitas que envolvem transações com múltiplos elementos são identificadas em cada um de seus componentes e os critérios de reconhecimento são aplicados individualmente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas provenientes da venda de cartões indutivos (TUP – Telefonia de Uso Público) são registradas quando os créditos são efetivamente consumidos pelos clientes.

Programa de fidelização de clientes (“Oi Pontos”)

As controladas BrT Celular e TNL PCSM implementaram um programa de fidelização de clientes (“Oi Pontos”), no qual os clientes de telefonia móvel acumulam pontos através dos valores pagos por serviços de telefonia móvel, telefonia fixa, internet e TV, e podem trocá-los por pacotes de serviços de telefonia móvel, descontos em aparelhos, eventos disponíveis no “experianças Oi” e/ou transferi-los ao Programa Multifunús Fidelidade (programa parceiro) para trocá-los por diversos outros benefícios do referido programa, tais como passagens aéreas, abastecimento em postos de combustíveis, entre outros.

Os pontos concedidos no programa são contabilizados como um componente separadamente identificável da transação de venda em que os pontos são concedidos. O valor justo da contraprestação recebida ou a receber, com relação à venda inicial, é alocado entre os prêmios concedidos pelo programa. O valor alocado aos pontos é estimado com base no seu valor justo, ou seja, o valor pelo qual os créditos de prêmios podem ser vendidos separadamente. Tal valor é diferido e a receita relacionada é reconhecida somente quando os pontos são resgatados ou transferidos aos programas parceiros. O reconhecimento da receita é baseado no número de pontos que foram resgatados em troca de prêmios em relação ao número total que se espera que seja resgatado. Tal programa começou a operar efetivamente no primeiro trimestre de 2011, sendo o saldo do passivo registrado na conta de receitas a apropriar.

Reconhecimento das despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber líquidas após o vencimento, os ganhos com aplicações financeiras e os ganhos com instrumentos financeiros derivativos. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, contratos de instrumentos financeiros derivativos e outras transações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os tributos mencionados atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura. A Companhia elabora estudos técnicos que contemplam a geração futura de resultados de acordo com a expectativa da Administração, considerando a continuidade das atividades. A Companhia reduz o valor contábil do ativo fiscal diferido na medida em que não seja mais provável que lucro tributável suficiente estará disponível para permitir que o benefício de parte ou de todo aquele ativo fiscal diferido possa ser utilizado.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tribut

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

Administração do risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia e suas controladas usam instrumentos financeiros derivativos para proteger-se de certas exposições a estes riscos.

O gerenciamento de risco é realizado pela diretoria de tesouraria da Oi, de acordo com as políticas aprovadas pela Administração.

A Política de Gestão de Riscos Financeiros ("Política"), aprovada pelo Conselho de Administração formaliza a gestão de exposição a fatores de risco de mercado gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi. De acordo com a Política, os riscos de mercado são identificados com base nas características das operações financeiras contratadas e a contratar no ano fiscal em questão. Diversos cenários de cada um dos fatores de risco são então simulados através de modelos estatísticos, servindo de base para mensuração de impactos sobre o resultado financeiro do Grupo. Com base em tal análise, a Diretoria acorda anualmente com o Conselho de Administração, a Diretriz de Risco a ser seguida em cada ano fiscal. A Diretriz de Risco é equivalente ao pior impacto esperado do resultado financeiro sobre o lucro líquido do Grupo, com 95% de confiança. Para o devido gerenciamento de riscos de acordo com a Diretriz de Risco, a área de tesouraria poderá contratar instrumentos de proteção, incluindo operações de derivativos como "swaps" e termo de moedas. A Companhia e suas controladas não utilizam derivativos para outros fins.

Com a aprovação da Política, foi criado o Comitê de Gestão de Riscos Financeiros, que se reúne mensalmente, e atualmente é composto pelo Diretor Presidente, Diretor de Finanças, Diretor de Assuntos Regulatórios, Diretor de Planejamento e Desempenho, Diretor Tributário, Diretor de Controladoria e Diretor de Tesouraria e acompanhado pelo Diretor de Auditoria Interna.

De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos.

(a) Valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Conseqüentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.

O método utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos foi o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do exercício multiplicado pelo número de títulos em circulação.

Para os demais contratos, a Companhia efetua uma análise das condições de contratação atuais com aquelas vigentes quando os mesmos se originaram. Quando as condições não são semelhantes, o valor justo é calculado através do desconto dos fluxos de caixa futuros pelas taxas de mercado vigentes na data de encerramento do exercício, e quando são, o valor justo é semelhante ao valor contábil na data de reporte.

Hierarquia do valor justo

O CPC 40/IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço à um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas à dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho ("nonperformance risk"), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40/IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de "input" significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os "inputs" são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia.

Nível 2 — Os "inputs" são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os "inputs" do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou "inputs" que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os "inputs" inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses "inputs" representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 40/IFRS 7, a Companhia mensura seus equivalentes de caixa, aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos e ativo financeiro disponível para venda pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares. O ativo financeiro disponível para venda é classificado como Nível 1.

Não ocorreram transferências entre níveis e ou alocação no Nível 3 entre 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, nossos principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2012 e de 2011. Para aqueles ativos e passivos financeiros registrados a valor justo, demonstramos também os respectivos níveis de hierarquia:

Mensuração contábil	Hierarquia do valor justo	Controladora		Consolidado		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
		2012	2011	2012	2011	
Ativo						
Equivalentes de caixa	Valor justo	Nível 2	53.541	53.541	4.149.145	4.149.145
Aplicações financeiras	Valor justo	Nível 2	287.122	287.122	2.776.721	2.776.721
Contas a receber (iv)	Custo amortizado			7.018.497	7.018.497	
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	Nível 2			989.099	989.099
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado		11.500	11.500		
Ativo financeiro disponível para venda (i)		Nível 1			905.829	905.829
Passivo						
Fornecedores (iv)	Custo amortizado		309	309	4.659.158	4.659.158
Empréstimos e financiamentos						
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado				25.169.701	25.807.878
Debêntures	Custo amortizado		1.947.664	1.768.827	10.124.052	10.226.344
Ações preferenciais resgatáveis	Custo amortizado		1.240.437	1.128.621	1.240.437	1.128.621
Usufruto de ações	Custo amortizado		346.376	312.689	346.376	312.689
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	Nível 2			514.297	514.296
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado				625.770	625.770
Autorizações e concessões a pagar (ii)	Custo amortizado				2.157.997	2.157.997
Programa de refinanciamento fiscal (ii)					1.085.099	1.085.099

Mensuração contábil	Hierarquia do valor justo	Controladora		Consolidado		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
		2012	2011	2012	2011	
Ativo						
Equivalentes de caixa	Valor justo	Nível 2	113.321	113.321	10.686.859	10.686.859
Aplicações financeiras	Valor justo	Nível 2			2.368.821	2.368.821
Contas a receber	Custo amortizado				5.860.872	5.860.872
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	Nível 2			443.938	443.938
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado		31.047	31.047		
Ativo financeiro disponível para venda (i)		Nível 1			698.984	698.984
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado		1.818	1.818	4.739.358	4.739.358
Empréstimos e financiamentos						
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado				21.375.520	21.270.787
Debêntures	Custo amortizado		1.644.122	1.647.613	10.036.951	10.081.741
Ações preferenciais resgatáveis	Custo amortizado		1.384.075	1.384.075	1.384.075	1.384.075
Usufruto de ações	Custo amortizado		447.720	447.720	447.720	447.720
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	Nível 2			395.001	395.001
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado				427.671	427.671
Autorizações e concessões a pagar (ii)	Custo amortizado				1.844.160	1.844.160
Ações bonificadas a resgatar					761.763	761.763

(i) Em 4 de março de 2011, a TMAR deu início ao processo de aquisição de 10% de participação acionária na PT - Portugal Telecom, conforme divulgado no Fato Relevante de 25 de janeiro de 2011. Em 31 de março de 2012, a TMAR detinha 7,4% do capital social da PT, tendo pago o montante de R\$ 1.366.910, já incluindo os custos de transação e impostos no valor total de R\$ 157.735.

Através de sucessivas aquisições no decorrer de abril e de maio de 2012, a TMAR concluiu o processo de aquisição de 10% de participação na PT, tendo sido pago em tais aquisições o valor de R\$ 250.186, que inclui os custos de transação e impostos no valor total de R\$ 951.

A Administração considera que (i) a participação da TMAR de 10% do capital social da PT e (ii) os dois representantes da TMAR nomeados em 6 de abril de 2011 no Conselho de Administração da PT não lhe conferem influência significativa nas políticas financeiras, operacionais e estratégicas da PT. Desta forma, o investimento, conforme requerido pelo CPC 38/IAS 32 e 39, foi registrado como ativo financeiro disponível para venda.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a TMAR apurou desvalorização no valor justo das ações da PT, sendo o impacto no consolidado da Companhia de R\$ 82.991, sendo o montante líquido de tributos de R\$ 54.774. Dado a relevância, e em consonância com o CPC 38/IAS 32 e 39, a controladora indireta TMAR reconheceu a perda em despesa financeira.

(ii) As autorizações e concessões a pagar e o programa de refinanciamento fiscal não possuem mercado, e por isso não são percebidos ajustes de valor justo.

(iii) Parte substancial desse saldo são empréstimos e financiamentos com o BNDES, agências de crédito à exportação e outras partes relacionadas, que correspondem a mercados exclusivos, e por isso o valor justo é semelhante ao valor contábil.

(iv) Os saldos de contas a receber e fornecedores têm seus vencimentos em curtíssimo prazo, portanto, não são ajustados a valor justo.

(b) Mensuração dos ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado

Na avaliação efetuada para fins de ajuste a valor presente dos ativos e passivos financeiros mensurados pelo método de custo amortizado, não foi constatada a aplicabilidade deste ajuste, destacando-se as seguintes razões:

- Contas a receber: curtíssimo prazo de vencimento das faturas.
- Fornecedores, dividendos e juros sobre capital próprio: curto prazo para liquidação de todas as obrigações.
- Empréstimos e financiamentos: todas as transações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.
- Autorizações e concessões a pagar: todas as obrigações advindas das aquisições de autorizações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.

(c) Risco de taxa de câmbio

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos, basicamente, em fundos de investimentos, geridos exclusivamente para a Oi e suas controladas, e em "time deposits". O risco vinculado a esses ativos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam diminuir os saldos dos mesmos. Os ativos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 6,42% (2011 - 12,5%) do total das disponibilidades que compreendem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Adicionalmente, a controlada TMAR possui ativo financeiro disponível para venda referente a investimento em ações da Portugal Telecom.

Esses ativos estão assim representados no balanço:

	Consolidado			
	2012		2011	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo				
Equivalentes de caixa	449.791	449.791	1.450.607	1.450.607
Aplicações financeiras	13.246	13.246	228.570	228.570
Ativo financeiro disponível para venda	905.829	905.829	698.984	698.984
Passivos				
Fornecedores, dividendos e juros sobre capital próprio				
Empréstimos e financiamentos				
Empréstimos e financiamentos (iii)				
Debêntures				
Ações preferenciais resgatáveis				
Usufruto de ações				
Instrumentos financeiros derivativos				
Dividendos e juros sobre capital próprio				
Autorizações e concessões a pagar (ii)				
Ações bonificadas a resgatar				

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos "swap" estão resumidos a seguir:

Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$ (i)	Derivativos designados para contabilidade de "Hedge"					
	Consolidado		Valor Justo			
	Indexador	Vencimento	Valor de referência (nacional)	2012	2011	Valores a (pagar)/a receber
Posição ativa	US\$ 2,21% a 5,50%	jul/2015 a mar/2021	1.703.023	1.696.384	1.916.017	1.726.803
Posição passiva	US\$ 2,21% a 103,52%	jul/2015 a mar/2021	(1.703.023)	(1.696.384)	(1.632.472)	(1.729.980)
Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$ (ii)					283.545	(3.177)
Posição ativa	US\$ 3,32% a 5,50%	out/2020	1.430.450	173.230	1.610.742	205.533
Posição passiva	R\$ 6,15% a 12,82%	out/2020	(1.430.450)	(173.230)	(1.536.258)	(179.176)
Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$ (iii)					74.484	26.357
Posição ativa	US\$ Libor 6M + 1,07% a 2,50%	ago/2020	1.836.024	1.620.181	1.865.155	1.618.879
Posição passiva	US\$ Libor 6M + 1,07% a 109,54%	ago/2020	(1.836.024)	(1.620.181)	(1.678.765)	(1.662.239)
Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$ (iv)					186.390	(43.360)

Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$ (i)	Derivativos designados para contabilidade de "Hedge"					
	Consolidado		Valor Justo			
	Indexador	Vencimento	Valor de referência (nacional)	2012	2011	Valores a (pagar)/a receber
Posição ativa	US\$ 5,50%	out/2020		375.160		407.317
Posição passiva	Pré 11,80%	out/2020		(375.160)		(390.789)
Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$ (ii)						16.528
Posição ativa	US\$ 3,00% a 5,58%	nov/2014 a fev/2016	307.203	374.308	340.674	370.158
Posição passiva	US\$ 3,00% a 110,00%	nov/2014 a fev/2016	(307.203)	(374.308)	(344.928)	(435.441)
Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$ (iii)						(4.254)
Posição ativa	US\$ 4,13% a 4,68%	fev/2016	197.318	243.257	200.162	259.659
Posição passiva	US\$ 4,13% a 4,68%	fev/2016	(197.318)	(243.257)	(218.733)	(252.312)
Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$ (iv)						(18.571)

Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$ (i)	Derivativos designados para contabilidade de "Hedge"					
	Consolidado		Valor Justo			
	Indexador	Vencimento	Valor de referência (nacional)	2012	2011	Valores a (pagar)/a receber
Posição ativa	US\$ 5,50%	out/2020		375.160		407.317
Posição passiva	Pré 11,80%	out/2020		(375.160)		(390.789)
Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$ (ii)						16.528
Posição ativa	US\$ 3,00% a 5,58%	nov/2014 a fev/2016	307.203	374.308	340.674	370.158
Posição passiva	US\$ 3,00% a 110,00%	nov/2014 a fev/2016	(307.203)	(374.308)	(344.928)	(435.441)
Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$ (iii)						(4.254)
Posição ativa	US\$ 4,13% a 4,68%	fev/2016	197.318	243.257	200.162	259.659
Posição passiva	US\$ 4,13% a 4,68%	fev/2016	(197.318)	(243.257)	(218.733)	(252.312)
Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$ (iv)						(18.571)

Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$ (i)	Derivativos designados para contabilidade de "Hedge"					
	Consolidado		Valor Justo			
	Indexador	Vencimento	Valor de referência (nacional)	2012	2011	Valores a (pagar)/a receber
Posição ativa	US\$ 5,50%	out/2020		375.160		407.317
Posição passiva	Pré 11,80%	out/2020		(375.160)		(390.789)
Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$ (ii)						16.528
Posição ativa	US\$ 3,00% a 5,58%	nov/2014 a fev/2016	307.203	374.308	340.674	370.158
Posição passiva	US\$ 3,00% a 110,00%	nov/2014 a fev/2016	(307.203)	(374.308)	(344.928)	(435.441)
Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$ (iii)						(4.254)
Posição ativa	US\$ 4,13% a 4,68%	fev/2016	197.318	243.257	200.162	259.659
Posição passiva	US\$ 4,13% a 4,68%	fev/2016	(197.318)	(243.257)	(218.733)	(252.312)
Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$ (iv)						(18.571)

Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$ (i)	Derivativos designados para contabilidade de "Hedge"					
	Consolidado		Valor Justo			
	Indexador	Vencimento	Valor de referência (nacional)	2012	2011	Valores a (pagar)/a receber
Posição ativa	US\$ 5,50%	out/2020		375.160		407.317
Posição passiva	Pré 11,80%	out/2020		(375.160)		(390.789)
Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$ (ii)						16.528
Posição ativa	US\$ 3,00% a 5,58%	nov/2014 a fev/2016	307.203	374.30		

Descrição	Controladora					Total
	Risco Individual	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Maiores que 5 anos	
Cenário Provável						
Dívida em IPCA	Alta do IPCA	119.277	240.340	257.108	70.641	687.367
Dívidas em CDI	Alta do CDI	152.021	235.719	146.805	44.962	579.506
Total vinculado a taxas de juros		271.298	476.059	403.913	115.603	1.266.873
Cenário Possível						
Dívida em IPCA	Alta do IPCA	122.575	260.226	294.840	83.362	761.004
Dívidas em CDI	Alta do CDI	173.870	294.879	186.148	58.333	713.229
Total vinculado a taxas de juros		296.445	555.105	480.988	141.695	1.474.233
Cenário Remoto						
Dívida em IPCA	Alta do IPCA	125.880	280.563	334.477	96.946	837.866
Dívidas em CDI	Alta do CDI	195.527	354.189	226.347	72.391	848.455
Total vinculado a taxas de juros		321.407	634.751	560.825	169.337	1.686.321

Descrição	Controladora					Total
	Risco Individual	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Maiores que 5 anos	
Cenário Provável						
IPCA		25.146	79.047	77.075	26.092	207.360
CDI		3.298	19.886	37.732	12.721	73.638
Total		21.848	59.160	39.343	13.371	133.722
Cenário Remoto						
Cenário Provável						
IPCA		50.109	158.693	156.912	53.734	419.448
CDI		6.603	40.223	77.369	26.305	150.499
Total		43.506	118.470	79.543	27.430	268.949

Descrição	Controladora					Total
	Risco Individual	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Maiores que 5 anos	
Cenário Provável						
Dívida em IPCA	Alta do IPCA	115.589	240.752	267.087	220.111	843.539
Dívidas em CDI	Alta do CDI	230.447	361.706	222.557	238.751	1.053.440
Total vinculado a taxas de juros		346.036	602.457	489.644	458.862	1.896.999
Cenário Possível						
Dívida em IPCA	Alta do IPCA	117.462	258.167	304.622	263.189	943.440
Dívidas em CDI	Alta do CDI	258.664	440.925	271.854	291.732	1.263.175
Total vinculado a taxas de juros		376.126	699.092	576.477	554.920	2.206.615
Cenário Remoto						
Cenário Provável						
Dívida em IPCA	Alta do IPCA	119.327	275.890	343.954	309.521	1.048.693
Dívidas em CDI	Alta do CDI	286.476	519.702	320.975	344.551	1.471.704
Total vinculado a taxas de juros		405.803	795.592	664.929	654.072	2.520.397

Descrição	Controladora					Total
	Risco Individual	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Maiores que 5 anos	
Cenário Provável						
IPCA		30.091	96.635	86.833	96.058	309.616
CDI		1.873	17.415	37.535	43.078	99.901
Total		28.217	79.220	49.298	52.980	209.715
Cenário Remoto						
Cenário Provável						
IPCA		59.768	193.135	175.286	195.210	623.398
CDI		3.738	35.138	76.867	89.410	205.154
Total		56.030	157.996	98.418	105.800	418.244

Descrição	Controladora					Total
	Risco Individual	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Maiores que 5 anos	
Cenário Provável						
Dívida em IPCA	Alta do IPCA	119.277	240.340	257.108	70.641	687.367
Dívidas em CDI	Alta do CDI	152.021	235.719	146.805	44.962	579.506
Total vinculado a taxas de juros		271.298	476.059	403.913	115.603	1.266.873
Cenário Possível						
Dívida em IPCA	Alta do IPCA	122.575	260.226	294.840	83.362	761.004
Dívidas em CDI	Alta do CDI	173.870	294.879	186.148	58.333	713.229
Total vinculado a taxas de juros		296.445	555.105	480.988	141.695	1.474.233
Cenário Remoto						
Cenário Provável						
Dívida em IPCA	Alta do IPCA	125.880	280.563	334.477	96.946	837.866
Dívidas em CDI	Alta do CDI	195.527	354.189	226.347	72.391	848.455
Total vinculado a taxas de juros		321.407	634.751	560.825	169.337	1.686.321

Descrição	Controladora					Total
	Risco Individual	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Maiores que 5 anos	
Cenário Provável						
Dívida em IPCA	Alta do IPCA	119.277	240.340	257.108	70.641	687.367
Dívidas em CDI	Alta do CDI	152.021	235.719	146.805	44.962	579.506
Total vinculado a taxas de juros		271.298	476.059	403.913	115.603	1.266.873
Cenário Possível						
Dívida em IPCA	Alta do IPCA	122.575	260.226	294.840	83.362	761.004
Dívidas em CDI	Alta do CDI	173.870	294.879	186.148	58.333	713.229
Total vinculado a taxas de juros		296.445	555.105	480.988	141.695	1.474.233
Cenário Remoto						
Cenário Provável						
Dívida em IPCA	Alta do IPCA	125.880	280.563	334.477	96.946	837.866
Dívidas em CDI	Alta do CDI	195.527	354.189	226.347	72.391	848.455
Total vinculado a taxas de juros		321.407	634.751	560.825	169.337	1.686.321

Descrição	Controladora					Total
	Risco Individual	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Maiores que 5 anos	
Cenário Provável						
Dívida em IPCA	Alta do IPCA	119.277	240.340	257.108	70.641	687.367
Dívidas em CDI	Alta do CDI	152.021	235.719	146.805	44.962	579.506
Total vinculado a taxas de juros		271.298	476.059	403.913	115.603	1.266.873
Cenário Possível						
Dívida em IPCA	Alta do IPCA	122.575	260.226	294.840	83.362	761.004
Dívidas em CDI	Alta do CDI	173.870	294.879	186.148	58.333	713.229
Total vinculado a taxas de juros		296.445	555.105	480.988	141.695	1.474.233
Cenário Remoto						
Cenário Provável						
Dívida em IPCA	Alta do IPCA	125.880	280.563	334.477	96.946	837.866
Dívidas em CDI	Alta do CDI	195.527	354.189	226.347	72.391	848.455
Total vinculado a taxas de juros		321.407	634.751	560.825	169.337	1.686.321

Descrição	Controladora					Total
	Risco Individual	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Maiores que 5 anos	
Cenário Provável						
Dívida em IPCA	Alta do IPCA	119.277	240.340	257.108	70.641	687.367
Dívidas em CDI	Alta do CDI	152.021	235.719	146.805	44.962	579.506
Total vinculado a taxas de juros		271.298	476.059	403.913	115.603	1.266.873
Cenário Possível						
Dívida em IPCA	Alta do IPCA	122.575	260.226	294.840	83.362	761.004
Dívidas em CDI	Alta do CDI	173.870	294.879	186.148	58.333	713.229
Total vinculado a taxas de juros		296.445	555.105	480.988	141.695	1.474.233
Cenário Remoto						
Cenário Provável						
Dívida em IPCA	Alta do IPCA	125.880	280.563	334.477	96.946	837.866
Dívidas em CDI	Alta do CDI	195.527	354.189	226.347	72.391	848.455
Total vinculado a taxas de juros		321.407	634.751	560.825	169.337	1.686.321

Descrição	Controladora					Total
	Risco Individual	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Maiores que 5 anos	
Cenário Provável						
Dívida em IPCA	Alta do IPCA	119.277	240.340	257.108	70.641	687.367
Dívidas em CDI	Alta do CDI	152.021	235.719	146.805	44.962	579.506
Total vinculado a taxas de juros		271.298	476.059	403.913	115.603	1.266.873
Cenário Possível						
Dívida em IPCA	Alta do IPCA	122.575	260.226	294.840	83.362	761.004
Dívidas em CDI	Alta do CDI	173.870	294.879	186.148	58.333	713.229
Total vinculado a taxas de juros		296.445	555.105	480.988	141.695	1.474.233
Cenário Remoto						
Cenário Provável						
Dívida em IPCA	Alta do IPCA	125.880	280.563	334.477	96.946	837.866
Dívidas em CDI	Alta do CDI	195.527	354.189	226.347	72.391	848.455
Total vinculado a taxas de juros		321.407	634.751	560.825	169.337	1.686.321

Descrição	Controladora					Total
	Risco Individual	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Maiores que 5 anos	
Cenário Provável						
Dívida em IPCA	Alta do IPCA	119.277	240.340	257.108	70.641	687.367
Dívidas em CDI	Alta do CDI	152.021	235.719	146.805	44.962	579.506
Total vinculado a taxas de juros		271.298	476.059	403.913	115.603	1.266.873
Cenário Possível						
Dívida em IPCA	Alta do IPCA	122.575	260.226	294.840	83.362	761.004
Dívidas em CDI	Alta do CDI	173.870	294.879	186.148	58.333	713.229
Total vinculado a taxas de juros		296.445	555.105	480.988	141.695	1.474.233
Cenário Remoto						
Cenário Provável						
Dívida em IPCA	Alta do IPCA	125.880	280.563	334.477	96.946	837.866
Dívidas em CDI	Alta do CDI	195.527	354.189	226.347	72.391	848.455
Total vinculado a taxas de juros		321.407	634.751	560.825	169.337	1.686.321

Descrição	Controladora					Total
	Risco Individual	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Maiores que 5 anos	
Cenário Provável						
Dívida em IPCA	Alta do IPCA	119.277	240.340	257.108	70.641	687.367
Dívidas em CDI	Alta do CDI	152.021	235.719	146.805	44.962	579.506
Total vinculado a taxas de juros		271.298	476.059	403.913	115.603	1.266.873
Cenário Possível						

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado					
	Saldo em 2011	Reconhecido no resultado de IRCS diferidos	Adições / (Compensações) / Transferências	Reconhecido diretamente no Patrimônio Líquido	Reconhecido no resultado financeiro	Saldo em 2012
Impostos diferidos (passivos) ativos com relação a:						
Provisões	2.147.344	(158.152)			1.989.192	
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa (Principal)	136.446	31.104			167.550	
Provisões para fundos de pensão	212.084	(13.477)			198.607	
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	625.835	(3.918)			621.917	
Participação nos Lucros	10.870	126.479			137.349	
Variações cambiais	190.337	88.142			278.479	
Ágio incorporado		(217.168)		2.197.943	1.980.775	
Outras adições e exclusões temporárias	53.327	45.301	25.399		124.027	
Subsídios e Fistel	59.688	(5.843)			53.845	
Provisão para desmobilização de ativos	22.380	660			23.040	
Ajuste no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda (PT)	227.095	14.731			241.826	
Gainho na alienação de Investimentos		(12.989)			(12.989)	
Amortização diferido RTT		10.689			10.689	
Reconhecimento de receita	47.764	(33.630)			14.134	
Provisão para perda de recuperabilidade	(5.281)	5.281				
Contabilidade de "Hedge"	(317)				(72.216)	
Prejuízos fiscais	1.166.168	370.208			1.536.376	
Base negativa de CSSL	519.441	150.169			669.610	
Outros tributos diferidos – Saldo credor de exercícios anteriores	393.422		(218.009)		248.705	
Efeito tributário da Reorganização Societária		315.894		(2.197.943)	(1.882.049)	
Tributos diferidos sobre os efeitos da combinação de negócios B/T (*)	(2.760.062)	273.345			(2.486.717)	
Total	3.046.541	986.826	(192.610)		3.842.150	
Ativo não circulante	5.806.603				4.075.999	
Passivo não circulante	(2.760.062)				(233.849)	
Total	3.046.541				3.842.150	

12. OUTROS TRIBUTOS

	Ativo	
	2012	2011
ICMS a recuperar (i)	1.980.203	1.701.280
PIS/COFINS	183.765	135.175
IMPOSTOS retidos na fonte		75.398
PAES a recuperar		10.126
Outros	131.228	37.342
Total	2.295.196	1.959.321
Circulante	1.557.177	1.431.491
Não circulante	738.019	527.830

	Passivo	
	2012	2011
ICMS		
ICMS Convênio Nº 69/1998		
PIS/COFINS	204	1.781.237
FUST/FUNT/TEL/Rádiodifusão	239	716.088
IMPOSTOS retidos na fonte		239
Outros		143.724
Total	239	512
Circulante	239	512
Não circulante		

(i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, das antecipações e dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

13. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou por apresentação de garantias, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pela Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, como provável, possível e remota.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Cíveis			7.979.948	6.039.384
Tributários			1.691.957	1.969.470
Trabalhistas			2.119.141	1.652.326
Bloqueios judiciais	376	873	376	287.776
Total	376	873	11.791.422	9.948.956
Circulante	376	113	2.068.691	2.162.468
Não circulante	760	972.731	796.425	7.786.488

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

14. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Participações avaliadas a:				
Equivalência Patrimonial	3.604.975	3.776.049		
Custo de aquisição (i)			55.141	42.833
Incentivos fiscais, líquidos das provisões para perdas			23.861	24.121
Concessão	657.703	708.296		
Outros investimentos	46	46	1.756	413
Total	4.262.724	4.484.391	80.758	67.367

(i) Inclui no saldo consolidado, o investimento da controlada TMAR na Hispamar Satélites S.A. ("Hispamar") que tem como atividade principal a contratação de fabricação por terceiros, o lançamento e operação de satélites, bem como o uso e a comercialização da capacidade útil de satélites que ocupem as posições orbitais devidamente licenciadas nas diferentes bandas de frequência, a prestação de serviços de comunicação, especialmente via satélites, e demais serviços necessários ao desempenho de suas atividades sociais. A controlada TMAR mantém participação de 19,04% na investida e não há influência significativa na sua administração.

Resumo das movimentações dos saldos de investimento

	Controladora				Total	Consolidado
	TNL	TMAR	VALVERDE	Oi S.A. BAKARNE		
Saldo em 01/01/2011	2.656.002	909.488		360	46	3.565.896
Resultado de equivalência patrimonial	(32.573)	6.754	(8.734)			(34.553)
Subsção de ações	680.697		680.501			1.361.198
Ágio em transação de capital, variações de % de participações	(174.771)	(15.851)	(151.288)			(341.910)
Desreconhecimento de dividendos pela mudança de participação	9.585	4.373				13.968
Variações de remuneração baseada em ações reflexa	954	272	149			1.375
Reserva reflexa do Hedge accounting	13	280	(455)			(162)
Amortização de excesso pago na concessão	(43.644)	(6.949)				(50.593)
Dividendos a receber	(23.716)	(7.331)				(31.047)
Aumento de capital na Hispamar						3.562
Incentivos fiscais, líquidos das provisões para perdas						10.351
Outros	189	(11)	(2)	43	219	(1.284)
Saldo em 2011	3.096.462	874.640	512.840	403	46	4.484.391
Resultado de equivalência patrimonial	(21.801)	(7.843)	14.447	106.986	(11)	91.778
Reserva reflexa de opções de ações	106	26	22			154
Amortização de excesso pago na concessão	(7.274)	(1.158)		(42.160)		(50.592)
Reserva reflexa do Hedge accounting	11.286	3.304	5.411	4.996		24.997
Ágio em transação de capital, variações de % de participações (*)			102.299	480.008		582.307
Transferência de ações em decorrência da Reestruturação Societária	(3.247.884)			3.247.884		
Transferência do ágio na Concessão em virtude da Reorganização Societária	(603.143)	(96.721)		699.864		
Permuta de ações	772.248	(772.248)				
Custo reflexo na emissão de ações		(1.409)	(8.620)			(10.029)
Ações em tesouraria reflexa	(50.048)	(306.228)				(356.276)
Dividendos/bonificação de ações recebidos	(61.517)	(443.125)				(504.642)
Outros		(42)	842	36	536	13.391
Saldo em 2012	522.003	3.740.247	428	46	4.262.724	80.758

(*) considera o aumento no patrimônio líquido da Companhia decorrente da Reorganização Societária descrita na nota 1. Os principais dados relativos às participações diretas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial são os seguintes:

	Controladora				Capital votante	Participação - %
	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	Ordinárias	Preferenciais		
Controladas	19.826.619	837.439	290.550*	17,72*	56,43*	
Oi S.A. (i)	19.826.619	837.439	290.550*	17,72*	56,43*	
VALVERDE	522.003	14.447	850	100	100	
BAKARNE	428	(11)	22.751	100	100	

* Considera a soma das ações e das participações da Companhia com a sua controlada direta Valverde.

	Controladora				Capital votante	Participação - %
	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	Ordinárias	Preferenciais		
Controladas	13.487.197	(174.121)	103.814*	22,20*	56,41*	
TNL	13.487.197	(174.121)	103.814*	22,20*	56,41*	
TMAR	20.448.480	128.545	13.079	3,80	100	
VALVERDE	512.840	(8.734)	850	150	100	
BAKARNE	403		22.751	100	100	

Em 31 de dezembro de 2012, o valor de mercado do investimento na Oi é de R\$ 2.661.436 (sendo R\$ 1.470.110 na TNL e R\$ 585.686 na TMAR em 31/12/2011) e foi calculado com base na cotação de fechamento do último dia do período findo em 31 de dezembro de 2012.

A Companhia e seus acionistas Andrade Gutierrez S.A. ("AG"), Jereissati Telecom S.A. ("JT") e Bratel Brasil S.A. ("Bratel"), celebraram em 17 de agosto de 2011 o Instrumento Particular de Permuta de Valores Mobiliários de emissão da TNL e da TMAR e, em 7 de dezembro de 2011, o seu Primeiro Aditivo, pelo qual estipularam todas as condições pelas quais a Companhia, a AG, a JT e a Bratel efetuarão a permuta das Ações TMARs por TNLs. Em 24 de fevereiro de 2012, a Companhia, a AG, a JT e a Bratel efetivaram a permuta das ações. Os parâmetros da permuta foram estabelecidos para refletir exatamente a relação de troca estabelecida na transação de incorporação da TMAR e TNL pela Oi não implicando em perda nem ganho para nenhuma das Companhias exclusivamente em função da permuta, conforme demonstrado na tabela abaixo:

TMARs detidas antes da Reorganização Societária		TELEMAR	
Relação TMARs/TNLs	1,670	1,670	
Número máximo de TNLs a receber na permuta	21.845.675	21.845.675	
TNLs detidas antes da Reorganização Societária		AG	
AG	590.050	590.050	
JT	590.250	590.250	
Bratel	20.752.270	20.752.270	

	Ações TNLs transferidas		Ações TMARs Recebidas	
	590.050	590.250	590.050	590.250
AG	590.050	590.250	590.050	590.250
JT			590.050	590.250
Bratel			20.752.270	12.424.495

A permuta foi reconhecida contabilmente mediante a transferência dos saldos do investimento e do ágio na Concessão que a Companhia possuía na TMAR em 31 de janeiro de 2012, para a conta de investimentos e ágio na concessão na TNL.

A partir da Reorganização Societária descrita na Nota 1, a Companhia e sua controlada direta Valverde passaram a deter 48,50% e 7,93% do capital votante e 15,22% e 2,49% do capital total da Oi, correspondentemente.

No mês de abril de 2012, a Oi contabilizou o montante de R\$ 1.939.300 na conta de ações em tesouraria, referente ao pagamento do direito de resgate decorrente da Reestruturação Societária ocorrida em fevereiro. Essa contabilização, a débito do patrimônio líquido da Oi, gerou um impacto no mesmo sentido para a TPART, no valor de R\$ 354.677, quando da aplicação da equivalência patrimonial.

No mês de maio de 2012, a Companhia recebeu o montante de R\$ 304.548, referente a dividendos mínimos e complementares pagos pela Oi, aprovados na AGO realizada em 30 de abril de 2012.

Nos meses de junho e dezembro de 2012, a Companhia recebeu dividendos fixos de sua controlada Valverde totalizando o montante de R\$ 50.017.

No mês de agosto de 2012, a Companhia recebeu o montante de R\$ 152.274, sendo R\$ 77.312 referente a dividendos extraordinários e R\$ 74.962 a título de bonificação de ações resgatadas de sua controlada Oi, aprovados na AGE realizada em 10 de agosto de 2012.

	Consolidado					
	Saldo em 2011	Reconhecido no resultado de IRCS diferidos	Adições / (Compensações) / Transferências	Reconhecido diretamente no Patrimônio Líquido	Reconhecido no resultado financeiro	Saldo em 2012
1.989.192						
167.550						
198.607						
621.917						
137.349						
278.479						
1.980.775						
124.027						
53.845						
23.040						
241.826						
(12.989)						
10.689						
14.134						
(72.216)						
1.536.376						
669.610						
248.705						
(1.882.049)						
(2.486.717)						
3.842.150						
4.075.999						
(233.849)						
3.842.150						

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, a Oi reconheceu dividendos mínimos a pagar somente aos acionistas que possuem ações preferenciais e considerou na Proposta da Administração para a destinação do lucro do exercício a distribuição de dividendos complementares, cujo valor de dividendo por ação ordinária, se iguala ao valor de dividendo por ação preferencial. Em virtude desse fato, a Companhia e a controlada Valverde, efetuaram o cálculo da equivalência patrimonial sobre o patrimônio líquido da Oi, excluindo o efeito dos dividendos ora distribuídos, que serão reconhecidos quando da deliberação do pagamento dos mesmos pela Oi.

Informações financeiras resumidas

	2012	
	Ativos	Passivos
Oi VALVERDE BAKARNE	58.708.697	38.882.079
	533.521	18
	434	6

	2011	
	Ativos	Passivos
TNL	15.450.620	1.963.423
TMAR	53.347.052	32.898.572
VALVERDE	520.213	7.373
BAKARNE	405	2

15. IMOBILIZADO

	2012		2011	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Custo do imobilizado (valor bruto)				

Debêntures públicas e privadas

Emissor	Emissão	Principal	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				2012	2011	2012	2011
TPART	8ª (1ª série)	R\$ 1,1 bilhão	2009 a 2013	233.919	471.539	233.919	471.539
TPART	8ª (2ª série)	R\$ 460 milhões	2014 e 2015	467.990	471.662	467.990	471.662
TPART (ii)	9ª (1ª série)	R\$ 41 milhões	2015	49.476	44.778	49.476	44.778
TPART (ii)	9ª (2ª série)	R\$ 38 milhões	2016	45.884	41.527	45.884	41.527
TPART (ii)	9ª (3ª série)	R\$ 36 milhões	2017	42.784	38.723	42.784	38.723
TPART (ii)	9ª (4ª série)	R\$ 33 milhões	2018	40.065	36.262	40.065	36.262
TPART (ii)	9ª (5ª série)	R\$ 31 milhões	2019	37.688	34.111	37.688	34.111
TPART	10ª	R\$ 500 milhões	2014 a 2018	530.077	514.282	530.077	514.282
TPART (i)	11ª	R\$ 500 milhões	2019	507.016	507.016	507.016	507.016
TNL / Oi	3ª	R\$ 1,5 bilhão	2012				1.609.889
		R\$ 2.000 milhões	2020				2.158.069
Oi (iii)	9ª	R\$ 2.350 milhões	2018				2.351.458
Oi	8ª	R\$ 1.000 milhões	2017				1.031.926
Oi	7ª	R\$ 1.080 milhões	2013				1.049.243
Oi (v)	5ª	R\$ 1.754 milhões	2013				728.665
Oi (iv)	5ª (1ª série)	R\$ 246 milhões	2013				1.783.127
Oi (iv)	5ª (2ª série)	R\$ 540 milhões	2013				302.288
Oi (iv)	1ª (2ª série)	R\$ 540 milhões	2013				552.921
Oi	2ª	R\$ 30 milhões	2021				41.517
							39.012
Total				1.954.889	1.652.904	1.017.619	10.077.043

(i) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de março de 2012 foi aprovada a décima primeira emissão de debêntures nominativa, escritural, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, no valor de R\$ 500.000, a qual será objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos na IN CVM nº 476. As debêntures possuem as seguintes características e condições: valor nominal unitário de R\$ 1.000; 500 unidades; emissão em 05 de abril de 2012; vencimento em 05 de abril de 2019; série única; quirográfrica; Pagamento do valor nominal em 3 (três) parcelas anuais, iguais e consecutivas, sendo (a) a primeira parcela, no valor correspondente a 33,33% do Valor Total da Emissão, em 25 de abril de 2017; (b) a segunda parcela, no valor correspondente a 33,33% (do Valor Total da Emissão, em 25 de abril de 2018; e (c) a terceira parcela, no valor correspondente a 33,34% do Valor Total da Emissão, em 5 de abril de 2019; as debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios equivalentes a 100% da taxa DI over extra grupo de um dia, base 252 dias úteis, divulgada pela CETIP, acrescida de um spread equivalente a 1,20% ao ano; a remuneração será paga semestralmente, nas seguintes datas: (a) 25 de outubro de 2012; (b) 25 de abril de 2013; (c) 25 de outubro de 2013; (d) 25 de abril de 2014; (e) 25 de outubro de 2014; (f) 25 de outubro de 2015; (g) 25 de outubro de 2015; (h) 25 de abril de 2016; (i) 25 de outubro de 2016; (j) 25 de abril de 2017; (k) 25 de outubro de 2017; (l) 25 de abril de 2018; (m) 25 de outubro de 2018; (n) 5 de abril de 2019. A captação financeira desta décima primeira emissão de debêntures ocorreu em 05 de abril de 2012. Os custos da transação para a colocação da 11ª emissão de debêntures foram de R\$ 1.660 sendo R\$ 237 reconhecido no passivo circulante e R\$ 1.423 no passivo não circulante.

(ii) Em A.G.E. realizada em 20 de dezembro de 2012 foi aprovada a alteração da cláusula 4.7 da Escritura da 9ª emissão pública de debêntures com o objetivo de estabelecer novas datas de vencimento das debêntures, conforme segue: (i) 1ª série: vencimento em 29/06/2015; (ii) 2ª série, vencimento em 29/06/2016; (iii) 3ª série: vencimento em 29/06/2017; (iv) 4ª série, vencimento em 28/06/2018 e (v) 5ª série, vencimento em 01/04/2019.

(iii) Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 6 de fevereiro de 2012, foi aprovada a 9ª emissão, sendo a 7ª pública, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, no mercado local, para distribuição (conforme termos da instrução CVM nº 400/2003), no valor de até R\$ 2 bilhões. Em 14 de março de 2012 a CVM concedeu registro para emissão. As debêntures foram emitidas em duas séries, sendo a 1ª série em valor de R\$ 400 milhões e a 2ª série no valor de R\$ 1,6 bilhão. A liquidação financeira de ambas as séries ocorreu em 23 de março de 2012. Os custos da transação associados a esta emissão, no valor de R\$ 22.959, estão sendo apropriados no resultado conforme os prazos contratuais desta emissão.

(iv) Em decorrência da Reorganização Societária aprovada em 27 de fevereiro de 2012, essa emissão foi acrescida a dívida da Oi, que substituiu a TMAR como emissora.

(v) Em junho de 2012, a Companhia promoveu o resgate antecipado integral dessa emissão, pelo saldo devedor remanescente.

Em A.G.E. realizada em 20 de dezembro de 2012 foi aprovada a alteração da cláusula 4.7 da Escritura da 9ª emissão pública de debêntures com o objetivo de estabelecer novas datas de vencimento das debêntures, conforme segue: (i) 1ª série: vencimento em 29/06/2015; (ii) 2ª série, vencimento em 29/06/2016; (iii) 3ª série: vencimento em 29/06/2017; (iv) 4ª série, vencimento em 28/06/2018 e (v) 5ª série, vencimento em 01/04/2019.

Em junho de 2012, a Oi baixou o montante de R\$ 2.255 milhões da debênture privada da 3ª emissão com a controlada Br Celular através de redução do capital social da investida, essa emissão foi acrescida à dívida da Oi em função da Reorganização Societária aprovada em 27 de fevereiro de 2012.

Em junho de 2012, a Oi amortizou o montante de R\$ 128 milhões da debênture privada da 6ª emissão (originalmente emitida pela TMAR e subscrita pela Copart 4, subsidiária integral da TMAR) que em função da Reorganização Societária, aprovada em 27 de fevereiro de 2012, foi incorporada pela Oi, e foi emitida em conexão com a operação do CRI.

Em março de 2012, a Oi promoveu o resgate antecipado da 3ª emissão de debêntures quirográficas e não conversíveis em ações emitidas originalmente pela TNL no montante de R\$ 1.651 milhões, que haviam sido incorporadas pela Oi em função da Reorganização Societária aprovada em 27 de fevereiro de 2012.

As debêntures emitidas pela Companhia e suas controladas, não possuem cláusulas de repactuação.

Ações preferenciais resgatáveis

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de abril de 2008 a Companhia aumentou o capital, mediante a emissão de 1.000.000 (um milhão) de novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1.239,61 (um mil, duzentos e trinta e nove reais e sessenta e um centavos) por ação, perfazendo um total de R\$ 1.239.616. As ações preferenciais ora emitidas foram integralmente subscritas e integralizadas pelo acionista BNDES Participações S.A. – BNDESPAR.

As ações preferenciais gozam das seguintes preferências, direitos e vantagens:

(i) Prioridade na distribuição de dividendo fixo, cumulativo, no valor em moeda corrente equivalente a 5% (cinco por cento) ao ano sobre o preço de emissão por ação corrigido monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou qualquer outro que venha a substituí-lo, ajustado, se for o caso, por eventuais bonificações, grupamentos e/ou desdobramentos de ações, a ser pago até o dia 30 de abril de cada exercício social, mesmo no exercício em que acontecer o resgate, sendo que, neste caso, o montante a ser distribuído calculado *pro rata die* até a data do efetivo resgate;

(ii) Serão resgatáveis pelo valor correspondente a seu preço de emissão, reajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA a partir da data de integralização das ações até a data do efetivo resgate, e ajustado, se for o caso, por eventuais bonificações, grupamentos e/ou desdobramentos de ações, ou qualquer outro que venha a substituí-lo, observado às datas e as quantidades abaixo para tal resgate (“Resgate Programado”):

Data Resgate	Quantidade	% do Total
30/04/2011	66.666	6,66%
30/10/2011	66.666	6,66%
30/04/2012	66.666	6,66%
30/10/2012	66.666	6,66%
30/04/2013	66.666	6,66%
30/10/2013	66.667	6,67%
30/04/2014	66.667	6,67%
30/10/2014	66.667	6,67%
30/04/2015	66.667	6,67%
30/10/2015	66.667	6,67%
30/04/2016	66.667	6,67%
30/10/2016	66.667	6,67%
30/04/2017	66.667	6,67%
30/10/2017	66.667	6,67%
30/04/2018	66.667	6,67%
Total	1.000.000	100%

Em virtude da Reorganização Societária – Oi S.A. a Companhia e o BNDESPAR alteraram algumas cláusulas do contrato de subscrição de ações de emissão de ações da Companhia e outras avenças (“Contrato”), através da emissão do 3º e 4º aditivos ao Contrato, que contemplaram os seguintes direitos e vantagens:

(a) As ações preferenciais resgatáveis poderão ser resgatadas por opção da BNDESPAR. A qualquer tempo, por meio de pagamento com ações ordinárias e/ou preferenciais de emissão da Oi S.A. de titularidade da Companhia, (“Ações Oi”), observado que: (i) durante o primeiro ano a partir da data do início da negociação das Ações Oi em Bolsas de Valores, a BNDESPAR poderá, livremente, indicar por ocasião do resgate, e caso venha a exercê-lo dentro deste prazo, a quantidade das ações ordinárias e/ou preferenciais de emissão da Oi S.A. que deverão ser utilizadas para efetuar o resgate; (ii) transcorrido o prazo referido no item (i) anterior sem que a BNDESPAR, no prazo de até 15 dias seguintes ao término do primeiro ano notificar a Companhia para o fim de fixar os percentuais da espécie de Ações Oi que deverão ser utilizadas no Resgate em Ações Oi que deverão ser utilizadas no Resgate em Ações, caso venha a BNDESPAR a exercer esse resgate, percentuais estes que não mais poderão ser alterados e (iii) se ao final do prazo de 15 dias referidos no item (i) anterior, a BNDESPAR não tiver feito a indicação dos percentuais em espécie de Ações Oi que deverão ser utilizadas no Resgate de Ações Oi, a Companhia deverá notificar a BNDESPAR para fixá-los no prazo de 24 horas úteis, prazo este que, se não for atendido pela BNDESPAR, fará com que o Resgate das Ações somente possa ser realizados em ações preferenciais de emissão da Oi S.A., sem possibilidade de alteração. Em qualquer uma das hipóteses previstas acima, o Resgate de Ações deverá observar a fórmula abaixo:

1 ação preferencial da Companhia = 47,282914 ações ordinárias da Oi S.A.

1 ação preferencial da Companhia = 54,571266 ações preferenciais da Oi S.A.

(b) A BNDESPAR deverá notificar a Companhia, informando sua intenção de exercer o Resgate das Ações e esclarecendo qual espécie ou proporção de cada espécie das Ações Oi que deseja receber, caso a BNDESPAR escolha exercer o Resgate das Ações sobre as duas espécies de ações de emissão da Oi S.A.

(c) Após o recebimento da notificação da BNDESPAR, a Companhia deverá, no prazo de 15 dias, tomar as providências necessárias para operacionalizar o Resgate das ações, transferindo para o BNDESPAR as Ações Oi de sua titularidade na quantidade indicada na relação de troca prevista no item anterior, conforme espécie e proporção estabelecidas na notificação da BNDESPAR, procedendo ao imediato cancelamento das Ações Preferenciais Resgatáveis objeto do resgate e adotando todas as medidas providências de caráter societário que se façam necessárias para tal fim.

(d) Caso as Ações Oi indicadas na notificação da BNDESPAR estejam oneradas ou gravadas no momento em que o acionista detentor das Ações Preferenciais Resgatáveis notificar a Companhia para promover o Resgate das Ações, conforme espécie e proporção estabelecidas na Notificação da BNDESPAR, e preservar o controle societário da Oi S.A., a Companhia deverá identificar a BNDESPAR dessa circunstância em até 2 dias úteis contados do recebimento da Notificação do BNDESPAR, e a BNDESPAR poderá solicitar, mediante o envio de nova notificação da BNDESPAR e a sua exclusão critério, que a Companhia (i) promova o Resgate das Ações sobre a quantidade de Ações Oi eventualmente disponíveis, livres e desembaraçadas de gravames, (observada também a condição de preservação de controle societário da Oi S.A.) no prazo de 15 dias após o recebimento da segunda notificação da BNDESPAR, complementando em dinheiro o pagamento do valor total correspondente às Ações Oi não disponíveis para a entrega ao Acionista Resgatável, conforme espécie e proporção estabelecidas na notificação da BNDESPAR, com base na respectiva cotação média das Ações Oi ponderado pelo volume, no período de 15 pregões da BMF&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros que anteceder à primeira notificação da BNDESPAR, o que deverá ser feito em um prazo máximo de 90 dias após o recebimento da segunda notificação da BNDESPAR, devidamente corrigido pela variação acumulada das taxas médias diárias dos Certificados de Depósito Interbancário – CDI divulgadas pela CETIP – Central de Custódia e Liquidação do período, até o efetivo pagamento; ou (ii) pague em dinheiro o valor total correspondente às Ações Oi que deveriam ter sido entregues ao Acionista Responsável, conforme espécie e proporção estabelecidas da BNDESPAR, com base no valor da cotação média das respectivas Ações Oi ponderado pelo volume, no período de 15 pregões da BMF&FBovespa S.A. que anteceder à primeira notificação da BNDESPAR, o que deverá ser feito em um prazo máximo de 90 dias após o recebimento da segunda notificação da BNDESPAR, devidamente corrigido pela variação acumulada das taxas médias diárias dos Certificados de Depósito Interbancário – CDI divulgadas pela CETIP – Central de Custódia e Liquidação no período, até o efetivo pagamento. Na hipótese do item (i) referido acima, a Companhia deverá transferir ao Acionista Resgatável, ainda, quando do efetivo resgate, quaisquer valores de dividendos ou juros sobre capital próprio declarados até a data do efetivo resgate.

(e) A Companhia, observada a mesma relação de troca informada anteriormente, terá a opção de resgatar, total ou parcialmente, antecipadamente as Ações Preferenciais Resgatáveis, por meio do pagamento com ações ordinárias ou preferenciais de emissão da Oi S.A., a qualquer tempo, desde que:

* a média da cotação das ações ordinárias ou preferenciais de emissão da Oi S.A. dos 40 pregões anteriores à data de notificação para resgate das Ações Preferenciais Resgatáveis ao Acionista Resgatável, seja de no mínimo, respectivamente, R\$ 36,70 (trinta e seis reais e setenta centavos) ou R\$ 31,83 (trinta e um reais e oito centavos e três centavos), ambos os valores corrigidos pelo IPCA a partir da data de emissão das Ações Preferenciais Resgatáveis, e desde que nesse período as ações ordinárias ou preferenciais de emissão da Oi S.A., a serem entregues ao Acionista Resgatável de acordo com a espécie que tenha atingido a média das cotações indicadas neste item, não tenham passado a ser negociadas sem direito a dividendos (ex-dividendos); e

* as ações ordinárias ou preferenciais de emissão da Oi S.A. que deverão ser entregues à BNDESPAR como pagamento do resgate das ações preferenciais por ela detidas, estejam livres, desoneradas e sem qualquer gravame.

(f) A partir da data do recebimento da notificação de resgate antecipado das Ações Preferenciais Resgatáveis, todos os direitos patrimoniais das Ações Preferenciais Resgatáveis serão atribuídos à Companhia enquanto que todos os direitos patrimoniais das Ações Oi a serem entregues à BNDESPAR serão atribuídos à BNDESPAR.

As Ações Preferenciais Resgatáveis não terão direito de voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia. A cada ação ordinária, nominativa e sem valor nominal, corresponde o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

A Companhia deverá manter na Conta Vinculada valor suficiente para a realização do resgate de ações preferenciais resgatáveis, programado para os 12 meses subsequentes, acrescido do montante necessário para o pagamento dos dividendos fixos das ações preferenciais resgatáveis do exercício subsequente. A Companhia poderá substituir ou complementar a conta destinada à conta vinculada por fiança bancária, em valor equivalente, de banco de primeira linha, aprovado previamente pelo BNDESPAR, ou outra garantia que venha a ser aceita pelo BNDESPAR.

Nos meses de abril e outubro de 2012, foram resgatadas, pelo BNDESPAR, um total de 133.332 ações preferenciais no valor de R\$ 165.280, acrescida de juros no montante de R\$ 42.577. No mês de abril, foi realizado o pagamento dos dividendos fixos sobre as ações preferenciais resgatáveis referentes ao exercício de 2011, no montante de R\$ 65.784 e a parcela equivalente a dividendos fixos no montante de R\$ 5.830.

Em AGE realizada em 23 de novembro de 2012, foi aprovada a extinção das 133.332 ações preferenciais resgatadas, que encontram-se em tesouraria.

Em AGE realizada em 25 de janeiro de 2013, foi aprovada a alteração do art. 7º do Estatuto Social da Companhia, alterando algumas características de cálculo de remuneração e pagamento das ações preferenciais resgatáveis (vide Nota 3 – Exercícios Subsequentes).

No evento findo em 31 de dezembro de 2012, o montante da dívida é de R\$ 1.240.438, sendo R\$ 278.619 reconhecido no passivo circulante e R\$ 961.819 no passivo não circulante.

De acordo com o prazo de programação da dívida, as parcelas de curto prazo serão liquidadas nos meses de abril e outubro de 2013.

Usufruto de ações

Em 22 de março de 2011, a Companhia celebrou com o Banco Votorantim S.A. (“Votorantim”) o Instrumento Particular de Constituição de Usufruto Oneroso (“Usufruto”) sobre 150.000 ações preferenciais da Valverde, de sua titularidade, em favor do Votorantim, mediante pagamento, pelo Votorantim, no valor de R\$ 120.000.

Cada uma das ações, objeto do Usufruto, fará jus ao pagamento de dividendos fixos, prioritários e cumulativos, que serão equivalentes ao montante resultante da variação do CDI, acrescida da taxa efetiva de 1% a.a., *pro rata temporis*, multiplicado pelo valor de integralização de cada uma das ações, até o efetivo pagamento, nos termos do estatuto social da Valverde. Caso os dividendos fixos não sejam pagos nas datas estabelecidas no estatuto social da Valverde, a variação do CDI será acrescida de taxa equivalente de 2,5% a.a. até o seu efetivo pagamento.

O Usufruto vigorará até o dia 31 de março de 2019. Caso o Votorantim não tenha recebido durante o prazo do Usufruto pelo menos a quantia de R\$ 120.000, ou caso não sejam pagos os dividendos fixos cumulativos durante o prazo de vigência do usufruto, o Usufruto permanecerá válido até o pagamento do referido valor, pelo prazo máximo de 90 anos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2012, a controlada direta Valverde deliberou o montante de dividendos fixos no valor de R\$ 7.331 e de R\$ 50.017, respectivamente.

Nos meses de junho e dezembro de 2012, houveram pagamentos de amortização e encargos do usufruto ao Banco Votorantim, totalizando o valor de R\$ 57.438, sendo R\$ 35.284 referente ao principal e R\$ 22.064 aos juros, devido ao recebimento de dividendos fixos da controlada Valverde.

Em 20 de dezembro de 2012, foi aprovado o 1º aditivo ao Usufruto, fixando novas datas de vencimento dos dividendos fixos das ações e alterando a taxa efetiva para 0,75%, sendo mantida as outras características de remuneração constante no Usufruto e aditivos correspondentes.

Em 30 de março de 2011, a Companhia celebrou com o Banco Itaú BBA S/A (“IBBA”) o Instrumento Particular de Constituição de Usufruto Oneroso (“Usufruto IBBA”) sobre 19.069.120 ações ordinárias nominativas (TNLP3), de sua titularidade, em favor do IBBA, mediante pagamento, pelo IBBA, no valor de R\$ 300.000.

Em 25 de abril de 2011 a Companhia celebrou o 1º Aditamento ao Usufruto IBBA para refletir a substituição de 19.069.120 ações TNLP3 objeto do usufruto por 44.091.619 ações OIBR3.

O Usufruto IBBA terá o prazo de duração de 15 anos e será remunerado através da CDI mais *spread* de 1,37% a.a., caso o usufruto seja liquidado, total ou parcialmente, através (i) do pagamento de Juros Sobre Capital Próprio (“JSCP”), ou (ii) através do pagamento de penalidade de natureza compensatória, motivada por (a) mudança de controle acionário direto ou indireto, (b) quaisquer mudanças que resultem na impossibilidade de a Companhia atingir as metas estabelecidas no *business plan*, será aplicado um aumento de 1% a.a. na taxa interna de retorno mínimo, elevando-se, portanto, a CDI + 2,37% a.a. sobre as parcelas liquidadas nas modalidades acima.

O IBBA fará jus ao recebimento direto de todos proventos das ações que serão pagos pela controlada Oi, durante o período de vigência do usufruto, que serão creditados diretamente à sua conta corrente pela controlada Oi.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 houve um pagamento de amortização e encargos do uso fruto no montante de R\$ 11.302, devido ao recebimento de dividendos da controlada TNL.

Nos meses de maio e agosto de 2012, houveram pagamentos de amortização e encargos do usufruto ao IBBA, totalizando o valor de R\$ 80.654, sendo R\$ 35.456 referente ao principal e R\$ 45.198, referente a juro e, devido ao recebimento de dividendos e bonificação de ações resgatadas da controlada Oi.

Garantias

As debêntures emitidas pela Companhia, referentes à 11ª emissão, possuem garantia real, na forma do disposto no Artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, possuem tanto como garantia o penhor de ações ordinárias normativas escriturais e sem valor nominal de emissão da Oi na proporção de 120% do valor da emissão, correspondente a, no mínimo, 120% do valor nominal de cada debenture acrescido da remuneração.

As debêntures emitidas pela Companhia, referentes à 10ª emissão, possuem garantia real, na forma do disposto no Artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, tendo como garantia o penhor das ações ordinárias normativas escriturais e sem valor nominal de emissão da Oi, correspondente a, no mínimo, 120% do valor nominal de cada debenture acrescido da remuneração. A garantia será outorgada em caráter irrevogável e irretroatável pela Companhia e pela controlada Valverde.

As debêntures emitidas pela Companhia, referentes à 9ª emissão e o Usufruto com o Banco Votorantim, possuem garantia através de alienação fiduciária de 850.000 ações ordinárias e 150.000 ações preferenciais da Valverde, de titularidade da Companhia, bem como os direitos creditórios de sua titularidade decorrentes dos dividendos, JSCP e/ou quaisquer outros proventos relacionados às ações alienadas fiduciariamente, nos termos no Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia.

As debêntures emitidas pela Companhia, referentes à 8ª emissão, possuem garantia real, na forma do disposto no Artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, estando garantidas por penhor de ações de emissão da Oi, de titularidade da emissora.

O Usufruto IBBA possui como garantia o penhor de ações representativas do capital da Oi em valor equivalente a 100% do saldo devedor (valor principal acrescido de juros).

Os financiamentos do BNDES possuem garantias em recebíveis da Oi e de suas controladas TMAR, TNL PCS e BrT Celular. A Oi presta aval a suas controladas TMAR, TNL PCS e BrT Celular para tais financiamentos no montante de R\$ 3.246.252.

Os financiamentos do BNDES possuem garantias em recebíveis da Oi e de suas controladas TMAR, TNL PCS e BrT Celular. A Oi presta aval a suas controladas TMAR, TNL PCS e BrT Celular para tais financiamentos no montante de R\$ 4.164 milhões.

“Covenants”

Os vencidos de debêntures da Companhia exigem cumprimento de índices financeiros que são apurados em bases trimestrais e anuais, conforme cláusula específica das respectivas escrituras de emissão. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, todos os índices foram cumpridos pela Companhia.

A Oi e suas controladas TMAR, TNL PCS e BrT Celular possuem obrigações no cumprimento de índices financeiros (“covenants”) nos contratos de financiamento junto ao BNDES, outras instituições financeiras e em suas emissões de Debêntures. Os índices financeiros nos contratos com o BNDES são apurados semestralmente, em junho e dezembro. Os demais são apurados trimestralmente.

Especificamente nos contratos com o BNDES, os índices financeiros são apurados com base nas informações contábeis/financeiras consolidadas da Oi.

No fechamento das Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2012 todos os índices foram cumpridos.

Linhas de crédito contratadas e não utilizadas

Em dezembro de 2012 a Oi, controuu uma linha de crédito rotativo (“*Revolver Credit Facility*”), no valor de R\$ 1.500 milhões para um prazo de três anos, junto a um sindicato de bancos comerciais, composto por Banco do Brasil, Bradesco, HSBC e Santander.

Em julho de 2012 a TMAR assinou contrato de financiamento junto ao “*Export Development Canada*”, no valor de US\$ 200 milhões, com o objetivo de financiar parte dos investimentos durante os próximos dois anos.

Em novembro de 2011 a Oi, TMAR, TNL PCS e BrT Celular contraram uma linha de crédito rotativo (“*Revolver Credit Facility*”), no valor de US\$ 1.000 milhão para um prazo de cinco anos, junto a um sindicato composto por nove bancos comerciais globais, tendo como líderes os bancos “*Bank of America N.A. Merrill Lynch*”, “*Pierce, Fenner & Smith Incorporated*”, “*HSBC Securities USA Inc*”, “*RBS Securities Inc*” e “*Citibank N.A.*”. Também participante do sindicato, em diferentes níveis, os bancos “*Tokio Mitsubishi UFJ*”, “*Barclays PLC*”, “*Deutsche Bank AG*”, “*Morgan Stanley N.A*” e “*Sumitomo Mitsui*”.

As operações de linha de crédito rotativo foram estruturadas de forma que a Oi e suas controladas possam fazer uso da linha de crédito a qualquer momento, ao longo dos prazos contratuais. Essas operações formam um significativo colchão de liquidez, fortalecendo a estrutura de capital e perfil de crédito do grupo, além de possibilitar maior eficiência da gestão do caixa.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	Consolidado	
	2012	2011
Ativos		
Contratos de “swap” - cambial	702.986	246.566
Contratos de “swap” - taxa de juros	208.477	17.686
Contratos de NDF - “ <i>Non Deliverable Forward</i> ”	77.6	

(ii) ISS – suposta incidência sobre serviços auxiliares à comunicação e discussão quanto ao enquadramento dos serviços tributados pelos municípios na Lista da Lei Complementar nº 116/2003, no montante aproximado de R\$ 1.787.183 (2011 - R\$ 2.487.025);

(iii) INSS – autuações versando sobre a adição de rubricas no salário de contribuição supostamente devidas pela Oi, no montante aproximado de R\$ 956.585 (2011 - R\$ 1.589.917); e

(iv) Tributos federais – diversas autuações de tributos federais, relativas, principalmente, a glóssas efetuadas na apuração dos tributos, erros no preenchimento de obrigações acessórias, repasse de PIS e COFINS e FUST relacionado aos efeitos da mudança de interpretação de sua base de cálculo pela ANATEL. O montante aproximado é de R\$ 8.761.255 (2011 - R\$ 6.084.827).

IRPJ, CSLL, PIS e COFINS – Amortização do ágio – Autuação de julho de 2005 – Questionamento de R\$ 2.534.951, substancialmente, relacionado à operação societária realizada pela TNL em 1998 que proporcionou a apropriação do ágio contábil apurado no leilão de privatização do Sistema Telebrás. A amortização do ágio e correspondente dedução para fins tributários estão previstas na Lei nº 9.327/1997, que, em seu art. 7º, autoriza que o produto da amortização do ágio seja computado no lucro real da Oi resultante de fusão, cisão ou incorporação, em que uma delas detenha investimentos na outra, adquiridos com ágio fundamentado na perspectiva de rentabilidade da investida.

A TNL obteve decisão de 1ª instância parcialmente favorável, reduzindo o valor da autuação em R\$ 658.156, permanecendo como provável o montante de R\$ 1.876.795. Contra tal decisão, a Oi interpôs Recurso Voluntário, o qual foi integralmente provido pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, para cancelar a autuação. O referido acórdão transitou em julgado em 19 de março de 2012, com decisão favorável a Oi, sucessora da TNL em virtude da Reorganização Societária aprovada em AGE no dia 27 de fevereiro de 2012. Tendo em vista Decisão Favorável, o referido montante foi baixado em março 2012.

Cível
As principais ações não possuem nenhuma decisão judicial vinculada, cujos principais objetos estão associados a questionamentos em relação aos planos de expansão da rede, indenizações por danos morais e materiais, ações de cobrança, processos de licitação, entre outras. Esses questionamentos perfazem aproximadamente, R\$ 991.269 (2011 - R\$ 1.262.449).

Garantias
A Oi possui contratos de carta de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor atualizado de fianças, seguro garantia contratadas e vigentes na data do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 corresponde a R\$ 12.216.671 (2011 - R\$ 8.277.601) no consolidado. Os encargos de comissão desse contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

Ativo contingente
A seguir estão apresentadas as demandas judiciais de ordem tributária promovida pela Oi, através da qual reivindica a recuperação de tributos pagos.

PIS/COFINS: questionamento judicial sobre a aplicação da Lei nº 9.718/1998, que ampliou a base de cálculo do PIS e da COFINS. O período abrangido pela Lei foi de fevereiro de 1999 a novembro de 2002 para o PIS e fevereiro de 1999 a janeiro de 2004 para a COFINS. Em novembro de 2005, o STF – Superior Tribunal Federal concluiu o julgamento de alguns processos que tratam do tema e considerou inconstitucional a majoração da base de cálculo introduzida pela referida Lei. Parte das ações da Oi e das empresas concessionárias do STFC da Região II do Plano de Outorgas, incorporadas pela Oi em fevereiro de 2000, transitaram em julgado no decorrer de 2006, no que se refere ao alargamento da base de cálculo da COFINS. A Oi aguarda o julgamento dos processos das demais empresas incorporadas, cuja avaliação de êxito dos assessores jurídicos da Oi, na entrada futura de recursos, está considerada como provável. O montante atribuído a esses processos, que representam um ativo contingente não reconhecido contabilmente, é de R\$ 22.000 (2011 - R\$ 21.304) para o consolidado.

	Consolidado	
	2012	2011
Adiantamento de clientes	780.264	574.502
Receitas a apropriar	691.789	582.627
Provisão para desmobilização de ativos	218.516	209.990
Ações bonificadas a resgatar	99.967	761.763
Consignação a favor de terceiros	41.441	
Valores a pagar - grupamento de ações	21.845	218.904
Valores consorciáveis		
Outros	157.555	158.781
Total	2.011.371	2.506.567
Circulante	1.439.468	1.704.092
Não circulante	571.909	802.475

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social
O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 1.921.140 (R\$ 1.921.140 em 31/12/2011), composto pelas seguintes ações sem valor nominal.

	Quantidade (em milhares de ações)	
	2012	2011
Ações ordinárias	2.923.545	2.923.545
Ações preferenciais	733	867
Total	2.924.278	2.924.412

Em AGE realizada em 23 de novembro de 2012 foi aprovada a extinção de 133.332 ações preferenciais, ora resgatadas pelo BNDESPAR, que encontravam-se em tesouraria.

(b) Ações Preferenciais resgatáveis
Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de abril de 2008 a Companhia aumentou o capital, mediante a emissão de 1.000.000 (um milhão) de novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1.239,61 (um mil, duzentos e trinta e nove reais e sessenta e um centavos) por ação, perfazendo um total de R\$ 1.239.616. As ações preferenciais ora emitidas foram integralmente subscritas e integralizadas pelo acionista BNDES Participações S.A. – BNDESPAR. As ações preferenciais gozam de preferências, direitos e vantagens. De acordo com as regras contábeis do BR GAAP antigo, as ações preferenciais resgatáveis eram reconhecidas como um instrumento patrimonial. De acordo com o BR GAAP atual (CPC 39) e IAS 32, a ação preferencial, que pode ser resgatada em uma data especificada ou à opção do detentor, contém um passivo financeiro porque o emissor tem obrigação de transferir ativos financeiros ao detentor da ação. Nesse sentido, as ações preferenciais resgatáveis foram reclassificadas para o passivo, contra uma conta retificadora de capital, uma vez que as mesmas estão compondo o capital social da Companhia (Nota 18 c). Considerando a estrutura do presente formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas - DPP, a Companhia registrou a reclassificação do valor das ações preferenciais resgatáveis do patrimônio líquido para o passivo no presente formulário de DPP no balanço patrimonial como uma conta redutora do Capital Integralizado e na demonstração das mutações do patrimônio líquido como "Outros resultados abrangentes".

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2012, o BNDESPAR resgatou um total de 267 mil ações. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, o saldo desta conta é de R\$ 909.055 (sendo R\$ 1.074.335 em 31/12/2011).

(c) Reservas de capital
Reserva de ágio na subscrição de ações
Refere-se ao saldo excedente do aumento de capital realizado em 18 de março de 2011, no valor de R\$ 638.569, destinado à conta de reserva de capital em ágio na subscrição de ações.

Reserva de opções de ações
A Companhia constituiu uma conta reflexa em razão das opções de ações, outorgadas e reconhecidas de acordo com os planos de pagamentos com base em ações, e liquidada com instrumentos do patrimônio líquido das suas antigas controladas TMAR e TNL. No 1º trimestre de 2012 o plano de opções foi extinto pelas controladas e a reserva foi realizada.

(d) Reservas de lucros
Reserva legal
De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, superam em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para fins de aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos.

Reserva de investimentos
Nessa rubrica são reconhecidos os montantes relacionados à reserva de investimentos e a reserva de fundo de resgate, conforme as informações abaixo:

Reserva de investimentos
A Companhia mantém em reserva de lucros recursos para a realização de investimentos de seu interesse, tais como o exercício do direito de preferência na subscrição de aumento de capital das subsidiárias da Companhia, a aquisição e/ou aumento de participação em outras sociedades.

Reserva de fundo de resgate
De acordo com o Art. 194 da Lei das Sociedades por Ações e os artigos 32 e 40 do Estatuto Social da Companhia, foi constituída uma reserva estatutária, denominada "Fundo de Resgate", para a qual serão destinados todos e quaisquer recursos financeiros recebidos pela Companhia em razão da sua participação como sócia cotista ou acionista, especialmente os devidos recebidos e juros sobre capital próprio de suas controladas ou coligadas, enquanto não tiverem sido resgatadas a totalidade das Ações Preferenciais de emissão da Companhia e para o fim de assegurar o pagamento do resgate e dos dividendos fixos das Ações Preferenciais.

Esta reserva especial será formada pelo percentual do lucro líquido apurado pela Companhia em cada exercício social, ajustado na forma do Art. 202 da Lei nº 6.404/76, parcialmente alterada pelas Leis nºs 9.457, de 05.05.97 e 10.303, de 31.10.2001, a partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, de modo a permitir que o Fundo de Resgate alcance o valor suficiente para a realização do resgate das Ações Preferenciais programado para os 12 (doze) meses subsequentes, acrescido do montante necessário para o pagamento dos dividendos fixos das Ações Preferenciais do exercício subsequente.

(e) Outros ajustes diretamente ao patrimônio líquido
(e.1) Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações
Nessa rubrica são reconhecidas as mudanças na participação relativa da controladora sobre controladas que não resultam em perda de controle, ou seja, transações de capital (transações com sócios, na qualidade de proprietários), conforme previsto no pronunciamento ICPD 09 - *Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial*.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia teve o seu patrimônio líquido aumentado no montante de R\$ 572.194 em decorrência das transações de capital e variações na porcentagem de participações nas controladas Oi e Valverde pela Reestruturação Societária descrita na Nota 1. Desse montante, a Companhia reconheceu à conta de lucros acumulados o valor de R\$ 356.065, em virtude da realização do ganho em decorrência da deliberação de pagamento de dividendos pela controlada Oi, proveniente de recursos do patrimônio líquido originados antes da data da Reorganização Societária.

(e.2) Ajuste de avaliação patrimonial
Nessa rubrica foram reconhecidos os custos de emissão das ações reflexo e as ações em tesouraria reflexas, relacionados a Reorganização Societária de 27 de fevereiro de 2012.

(e.3) Outros resultados abrangentes
Nessa rubrica são reconhecidos outros resultados abrangentes que incluem itens de receita, despesa, ajustes de reclassificação e os efeitos tributários relativos a esses componentes, não reconhecidos nas demonstrações do resultado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia registrou um aumento patrimonial de R\$ 24.997 referente aos efeitos da adoção da contabilidade de "hedge" (Nota 3), incluindo de imposto de renda na sua contabilidade Oi e na sua controlada indireta TMAR após a reestruturação societária descrita na Nota 1.

O formulário de Demonstrações Financeiras arquivado no sistema Empresas.Net da CVM apresenta no balanço patrimonial apenas a rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial" - patrimônio líquido (e não apresenta a rubrica "Outros resultados abrangentes", tampouco a rubrica "Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações") e a demonstração das mutações do patrimônio líquido apresenta apenas a rubrica "Outros resultados abrangentes" (não apresentando a rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial", tampouco a rubrica "Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações" e "Ações preferenciais resgatáveis"). Consequentemente, os efeitos discutidos nos itens (e.1), (e.2) e (e.3) acima, são apresentados de forma agregada nas respectivas rubricas existentes, e acima mencionadas, conforme demonstrado abaixo:

	Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações				Outros resultados abrangentes	Ajuste de avaliação patrimonial	Ações preferenciais resgatáveis	Total (*)
	de participações	abrangentes	patrimonial	resgatáveis				
Saldos em 2011	(506.257)	(162)	(1.074.335)	(1.580.754)				165.280
Resgate de ações preferenciais								
Varição na porcentagem de participação nas controladas	216.353			216.353				
Custo reflexo de emissão de ações			(10.029)	(10.029)				
Ganho reflexo de contabilidade de "hedge"		24.997		24.997				
Ações em tesouraria reflexo			(356.276)	(356.276)				
Outros efeitos de controladoras direto ao patrimônio líquido	508			508				
Saldos em 2012	(289.396)	24.835	(366.305)	(909.055)	(1.539.921)			

(*) No presente formulário de Demonstrações Financeiras foi classificado como "Ajuste de avaliação patrimonial" no balanço patrimonial e como "Outros resultados abrangentes" na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

(f) Lucros acumulados

	2012		2011	
	(297.452)	(469.237)	356.065	(469.237)
Prejuízo do exercício				
Lucros acumulados decorrentes da Reorganização Societária - Oi			28.288	
Lucros acumulados decorrentes do encerramento do Plano de Opções de Ações (reflexo)				469.237
Absorção do prejuízo do exercício pela Reserva de Lucros				
Lucros acumulados a destinar, após absorção do prejuízo do exercício	86.901			
Constituição da reserva estatutária para fundo de resgate				(86.901)

(g) Direito das ações, dividendos e juros sobre o capital próprio
De acordo com o artigo 32 do Estatuto Social da Companhia, do lucro líquido do exercício, serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na seguinte ordem de prioridade: (i) 5% (cinco por cento) na constituição da Reserva Legal; (ii) o valor necessário para constituir a reserva especial de Fundo de Resgate; (iii) o valor do dividendo fixo e cumulativo das ações preferenciais resgatáveis; (iv) o valor equivalente a 25% (vinte e cinco por cento), ajustado na forma do Art. 202 da Lei 6.404/76, para distribuição como dividendo obrigatório a todos os acionistas; e (v) o saldo do lucro líquido, limitado a 75% (setenta e cinco por cento), ajustado na forma do Art. 202 da Lei 6.404/76, na constituição de Reserva para Investimentos que não excederá 50% (cinquenta por cento) do capital social.

A Assembleia Geral, por proposta do Conselho de Administração, poderá a qualquer distribuir dividendos adicionais aos acionistas à conta da Reserva para Investimentos.

Em virtude do prejuízo apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a Companhia não distribuiu dividendos.

(h) Prejuízo por ação básico e diluído
Básico
O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período.

Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui atualmente ações potenciais diluídas.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro por ação básico e diluído:

	2012	2011
Prejuízo líquido atribuído aos controladores	(297.452)	(469.237)
Média ponderada de ações utilizadas no cálculo do lucro básico por ações	2.924.398	2.876.879

	2012	2011
Prejuízo líquido atribuído aos controladores	(0,10171)	(0,16311)
Impacto dilutivo sobre a equivalência patrimonial - TNL	(297.452)	(469.237)
Impacto dilutivo sobre a equivalência patrimonial - TMAR		4,569
Reversão das despesas financeiras líquida de IR e CS		105.490
Lucro do exercício ajustado atribuído aos acionistas	(297.452)	(367.857)
Média ponderada de ações utilizadas no cálculo do lucro básico e diluído por ações:	2.924.398	2.876.879
Prejuízo por ação		

Ações ordinárias e preferenciais (0,10171) *

(*) Para exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, após os ajustes relacionados aos eventos acima, a Companhia não apresentou efeito dilutivo no lucro por ação, logo, o lucro por ação diluído é igual ao lucro básico.

25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS
(a) Fundos de pensão
A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria ("Fundos de Pensão") aos seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 31 de dezembro de 2012.

Planos de benefícios	Empresas patrocinadoras	Gestor
TCSPREV	Oi, B/T Celular, B/T Multimídia, B/T CS, IG e B/TI	FATL
B/TPREV	Oi, B/T Celular, B/T Multimídia, B/T CS, IG e B/TI	FATL
TelemarPrev	Oi, TMAR, TNL PCS e Oi Internet	FATL
PAMEC	Oi	Oi
PBS-A	TMAR e Oi	Sistel
PBS-Telemar	TMAR	FATL
PBS-TNCP	TNL PCS	Sistel
CELPREV	TNL PCS	Sistel

Sistel – Fundação Sistel de Seguridade Social
FATL – Fundação Atlântico de Seguridade Social
A Companhia, é uma das patrocinadoras do plano de benefícios TelemarPrev.

A Oi, para efeitos de fundos de pensão citada nesta nota, também poderá estar denominada como "Patrocinadora". Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, as avaliações atuariais foram realizadas pela Mercer Human Resource Consulting Ltda. Os estatutos sociais preveem a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuência da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no que cabe aos planos específicos. A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos.

Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio.

Para os planos patrocinados, de benefício definido, que apresentem situação atuarial deficitária são constituídos os passivos atuariais. Para os planos que apresentem situação atuarial superavitária são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras.

Provisões para fundos de pensão
Referem-se ao reconhecimento do déficit atuarial dos planos de benefício definido, conforme demonstração a seguir:

Consolidado		
2012	2011	
Planos B/TPREV e Fundador/Alternativo	580.340	620.149
Plano PAMEC	3.797	3.554
Total	584.137	623.703
Circulante	103.666	77.745
Não circulante	480.471	545.958

Ativo constituído para compensação de contribuições patronais futuras
A Oi reconheceu um ativo junto ao Plano TCSPREV, referente a: (i) contribuições da patrocinadora sem direito de resgate pelos participantes que se desligaram do Plano; e (ii) parte do superávit do Plano, atribuído à patrocinadora. O ativo reconhecido se destina à compensação de contribuições patronais futuras. Sua composição está apresentada a seguir:

Consolidado		
2012	2011	
Planos B/TPREV e Fundador/Alternativo	580.340	620.149
Plano PAMEC	3.797	3.554
Total	584.137	623.703
Circulante	103.666	77.745
Não circulante	480.471	545.958

Ativo constituído para compensação de contribuições patronais futuras
A Oi reconheceu um ativo junto ao Plano TCSPREV, referente a: (i) contribuições da patrocinadora sem direito de resgate pelos participantes que se desligaram do Plano; e (ii) parte do superávit do Plano, atribuído à patrocinadora. O ativo reconhecido se destina à compensação de contribuições patronais futuras. Sua composição está apresentada a seguir:

Consolidado		
2012	2011	
Planos B/TPREV e Fundador/Alternativo	580.340	620.149
Plano PAMEC	3.797	3.554
Total	584.137	623.703
Circulante	103.666	77.745
Não circulante	480.471	545.958

Ativo constituído para compensação de contribuições patronais futuras
A Oi reconheceu um ativo junto ao Plano TCSPREV, referente a: (i) contribuições da patrocinadora sem direito de resgate pelos participantes que se desligaram do Plano; e (ii) parte do superávit do Plano, atribuído à patrocinadora. O ativo reconhecido se destina à compensação de contribuições patronais futuras. Sua composição está apresentada a seguir:

Consolidado		
2012	2011	
Planos B/TPREV e Fundador/Alternativo	580.340	620.149
Plano PAMEC	3.797	3.554
Total	584.137	623.703
Circulante	103.666	77.745
Não circulante	480.471	545.958

Características dos planos de previdência complementar patrocinados
(1) FATL
A FATL, a entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada e multiplano, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais e não lucrativas, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios previdenciários para os empregados e dirigentes de suas patrocinadoras.

Planos
(i) B/TPREV
É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNBP sob o nº 2002.0017-74.

Em 31 de julho de 2012 houve a efetiva incorporação do Plano de Benefícios Fundador/Alternativo, inscrito no CNBP sob o nº 1991.0015-92, pelo Plano de Benefícios B/TPREV, aprovada pela Portaria PREVIC nº 378, de 11 de julho de 2012.

A partir da data da efetiva incorporação (31 de julho de 2012), os Participantes e Beneficiários vinculados ao Plano de Benefícios Fundador/Alternativo tornaram-se, automaticamente, Participantes e Beneficiários do Plano de Benefícios B/TPREV, respeitando-se as mesmas categorias que detinham no dia imediatamente anterior aquela data.

A Contribuição Básica mensal e obrigatória do Participante do grupo B/TPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual, em números inteiros, de acordo com a idade e escolha do Participante, sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) Idade até 25 anos - faixa de Contribuição Básica de 3% a 8% do SP; (ii) Idade de 26 a 30 anos - faixa de Contribuição Básica de 4% a 8% do SP; (iii) Idade de 31 a 35 anos - faixa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (iv) Idade de 36 a 40 anos - faixa de Contribuição Básica de 6% a 8% do SP; (v) Idade de 41 a 45 anos - faixa de Contribuição Básica de 7% a 8% do SP; e (vi) Idade de 46 ou mais anos - faixa de Contribuição Básica de 8% do SP.

A Contribuição mensal dos Participantes do grupo Fundador/Alternativo (incorporado) corresponde ao somatório de: (i) 3% incidente sobre o Salário-de-Participação; (ii) 2% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade do maior Salário-de-Contribuição da Previdência Oficial, e (iii) 6,3% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar maior Salário-de-Contribuição da Previdência Oficial.

A Contribuição Voluntária de Participante do grupo B/TPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de até 22% (vinte e dois por cento) em números inteiros, escolhido pelo Participante, aplicável sobre seu Salário-de-Participação. A Contribuição Esporádica de Participante do grupo B/TPREV será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo Participante, desde que não inferior a 1 (uma) UPB/T. Não haverá contrapartida da Patrocinadora relativamente à Contribuição Voluntária ou Esporádica de Participante.

O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(ii) PBS-Telemar
É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido, inscrito no CNBP sob o nº 2000.0015-56.

A contribuição dos Participantes Ativos do Plano de Benefícios PBS-Telemar corresponde ao somatório de: (i) 0,5% a 1,5% incidente sobre o Salário-de-Participação (de acordo com a idade do Participante na data de inscrição); (ii) 1% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade da Unidade Padrão e (iii) 11% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a Unidade Padrão. A contribuição das Patrocinadoras equivale a 9,5% sobre a folha de salário dos empregados Participantes At

	Consolidado			
	2012			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	3.650.439	3.720	23.020	157
Juros sobre obrigações atuariais	363.013	378	2.301	16
Custo do serviço corrente			44	7
Benefícios pagos líquidos	(321.254)	(135)	(1.610)	
Contribuições de participantes vertidas no ano (Ganho) ou Perda atuarial sobre a obrigação atuarial	567.834	914	4.778	(56)
Entrada/(Saída) de transferências líquidas	9.735			
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	4.269.767	4.877	28.570	128
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	5.694.180	40.069	40.069	1.657
Rendimento esperado no ano	718.490	4.955	213	
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano	611.294			54
Contribuições normais recebidas pelo plano		135	59	9
Patrocinadora		135	22	4
Participantes			37	4
Pagamento de benefícios	(321.254)	(135)	(1.610)	
Impacto decorrente de aquisições / alienações	15.091			
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	6.717.801	53.299	1.933	1.933
(-) Valor do passivo(ativo) atuarial líquido	(2.448.032)	4.877	(24.729)	(1.805)
Ganhos / (Perdas) atuariais não reconhecidos	2.123	(1.080)		
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	2.064.029		24.729	1.805
(-) Passivo(Ativo) atuarial líquido	(381.881)	3.797		
Provisão para ativo de realização duvidosa	381.881			
(-) Passivo(Ativo) atuarial líquido reconhecido	3.797			

	Consolidado			
	2011			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	3.400.770	3.569	20.447	172
Juros sobre obrigação atuarial	350.606	382	2.126	18
Custo do serviço corrente			26	7
Benefícios pagos líquidos	(313.160)	(40)	(1.430)	
Contribuições de participantes vertidas no ano (Ganho) ou perda atuarial sobre a obrigação atuarial	221.957	(191)	1.851	(45)
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	3.660.173	3.720	23.020	157
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	5.679.562	40.053	40.053	1.357
Rendimento esperado no ano	642.519	4.461	159	
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano	(299.650)			129
Contribuições normais recebidas pelo plano		40	16	12
Patrocinadora		40	18	7
Participantes			28	5
Pagamento de benefícios	(313.160)	(40)	(1.458)	
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	5.709.271	40.069	1.657	1.657
(-) Valor do passivo(ativo) atuarial líquido	(2.049.098)	3.720	(17.049)	(1.500)
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	1.669.341		17.049	1.500
Ganhos atuariais não reconhecidos		(166)		
(-) Passivo(ativo) atuarial líquido reconhecido	(379.757)	3.554		

	Consolidado			
	2012			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
DESPESA (RECEITA) RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				
Custo do serviço corrente			44	7
Juros sobre obrigações atuariais	363.013	378	2.301	16
Rendimento (perda) dos ativos do plano	(718.490)		(4.955)	(213)
Amortização dos (ganhos) perdas atuariais, líquida	(41.335)		(5.048)	(110)
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	400.045		7.680	305
Total da despesa (receita) reconhecida	3.233	378	22	5

	Consolidado			
	2011			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
DESPESA (RECEITA) A SER RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				
Custo do serviço corrente			26	7
Juros sobre as obrigações atuariais	350.606	382	2.126	18
Rendimento dos ativos do plano	(642.519)		(4.461)	(159)
Amortização dos (ganhos) perdas atuariais, líquida	521.607	211	4.885	(174)
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	(609.451)		(2.557)	315
Total da despesa (receita) reconhecida	(379.757)	593	19	7

As contribuições das patrocinadoras para os planos de pensão administrados pela Sistel, previstas para o exercício de 2013, são no montante de R\$ 3.

As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos dos planos PBS-A, PAMEC, PBS-TNCP e CELPREV foram as seguintes:

	2012			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS				
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	8,89%	8,89%	8,89%	8,89%
Taxa estimada de inflação	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	N/A	N/A	8,64%	6,59%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	N/A	4,50%	4,50%
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	7,64%	N/A	N/A
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	11,00%	N/A	10,87%	11,00%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann	Zimmermann	Zimmermann	Zimmermann
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Nichzugs	Nichzugs	Nichzugs	Nichzugs
Idade de início dos benefícios	N/A	N/A	N/A	55 anos
Taxa de rotatividade	N/A	N/A	Nula	Nula

	2011			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS				
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	10,35%	10,35%	10,35%	10,35%
Taxa estimada de inflação	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	N/A	N/A	9,31%	9,31%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	N/A	4,50%	4,50%
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	7,64%	N/A	N/A
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	11,61%	N/A	11,33%	11,73%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann	Zimmermann	Zimmermann	Zimmermann
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Nichzugs	N/A	Nichzugs	Nichzugs
Idade de início dos benefícios	N/A	N/A	N/A	55 anos
			1,5% a.a.; nula a partir dos 50 anos de idade para o benefício	
Taxa de rotatividade	Nula	Nula	Nula	saldo

INFORMAÇÕES ADICIONAIS – 2012

a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2012.
b) Os dados cadastrais utilizados para os planos administrados pela SISTEL são de 31 de julho de 2012 e para o PAMEC são de 31 de outubro de 2012, ambos projetados para 31 de dezembro de 2012.

Os valores acima não consideram os ativos e passivos do plano PAMA, pelo fato de ser multipatrocinado e semelhante aos planos de "contribuição definida" (o pagamento dos benefícios está limitado ao montante das contribuições recebidas pelo plano), não existindo quaisquer obrigações além dos saldos existentes.

Política de investimentos dos planos

A estratégia de investimento dos planos de benefício está descrita em sua política de investimento, a qual é aprovada anualmente pelo conselho deliberativo dos fundos patrocinados. Ela define que as decisões de investimento devem considerar: (i) a preservação do capital; (ii) a diversificação das aplicações; (iii) a tolerância a risco segundo premissas conservadoras; (iv) a taxa esperada de retorno em função da exigibilidade atuarial; (v) a compatibilidade entre liquidez do investimento e o fluxo de caixa dos planos e (vi) custos razoáveis de administração. Ela também define as faixas de volume para os diferentes tipos de investimento permitidos para os fundos de pensão, as quais são: renda fixa nacional, renda variável nacional, empréstimos e investimentos imobiliários. Na carteira de renda fixa somente são permitidos títulos com baixo risco de crédito. Instrumentos derivativos só são permitidos para fins de proteção. Empréstimos estão restritos a determinados limites de crédito. A alocação tática é decidida pelo comitê de investimento, composto pelos executivos dos planos de benefício. A execução é efetuada pelo departamento financeiro.

Os limites médios estabelecidos para os diferentes tipos de investimentos permitidos para os fundos de pensão são os seguintes:

SEGMENTO DO ATIVO	PBS - Telemar		Telemar		TCS	PBS-A
	Telemar	Prev	CEL PREV	PBS-TNCP		
Renda fixa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Renda variável	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%
Investimentos estruturados	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%
Investimentos no exterior	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%
Imóveis	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
Empréstimos a participantes	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%

A alocação dos ativos dos planos em 31 de dezembro de 2012 está demonstrada a seguir:

SEGMENTO DO ATIVO	PBS - Telemar		Telemar		TCS	PBS-A
	Telemar	Prev	CEL PREV	PBS-TNCP		
Renda fixa	81,00%	81,00%	81,79%	87,72%	81,00%	73,83%
Renda variável	11,00%	11,00%	14,98%	11,17%	11,00%	17,80%
Investimentos estruturados	6,00%	6,00%		6,00%	6,00%	0,05%
Investimentos no exterior						
Imóveis	1,00%	1,00%		1,00%	1,00%	7,34%
Empréstimos a participantes	1,00%	1,00%	3,23%	1,11%	1,00%	0,98%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(b) Participações dos empregados nos lucros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Oi e suas controladas registraram provisões com base nas estimativas do cumprimento das metas individuais e corporativas, no montante total de R\$ 423.055 (2011 – R\$ 29.973).

As diferenças entre os valores provisionados e os apresentados nas demonstrações de resultado, referem-se a complementos das estimativas do ano anterior quando do pagamento efetivo.

(c) Plano de remuneração baseada em ações

A Oi possuía plano de remuneração baseada em ações cujo prazo limite para exercício das opções se encerrou em 31 de dezembro de 2011 e a mesma foram integralmente canceladas naquela data.

A TNL, incorporada em função da Reorganização Societária aprovada em 27 de fevereiro de 2012, e as controladas TMAR e TNL PCS possuíam um programa de opções de ações, em vigor no último exercício social, que envolvia ações da TNL, que foi extinto conforme previsto no item 11.2 do regulamento Plano de Opções de Compra de Ações. Neste sentido todas as opções de compra de ações que haviam sido outorgadas e não exercidas foram canceladas.

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Companhia utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. Os segmentos de negócios estão identificados através da natureza dos serviços e pela tecnologia empregada na prestação dos serviços de telecomunicações.

• **Telefonia fixa/dados:** Oferece basicamente serviços de transmissão de voz local, de longa distância e comunicação de dados;

• **Telefonia móvel:** Oferece principalmente serviços de voz móvel, comunicação de dados 3G e serviços adicionais, que incluem serviços de mensagens e interatividade; e

• **Outros:** Inclui o segmento de (i) provedor de internet, que obtém principalmente receitas oriundas de serviços de acesso a internet e de espaço publicitário, (ii) "Call Center", que obtém, principalmente, receitas oriundas de serviços de atendimento a terceiros nas áreas de "telemarketing" e atendimento a clientes, (iii) TV, que obtém receitas oriundas de serviços de TV por assinatura através da tecnologia de cabo e de DTH ("Direct to home"), e (iv) meios de pagamentos, que obtém receitas oriundas de serviços de credenciamento e administração de pagamentos com uso de sistemas de crédito. O desempenho de cada segmento é extraído dos registros contábeis da Companhia e estão segregados conforme a seguir:

	Telefonia fixa/ dados		Telefonia móvel		Todos os outros segmentos (i)		Eliminações		Total	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Receitas	20.115.144	20.795.204	12.544.178	10.730.735	1.149.631	1.022.058	(5.667.354)	(4.641.008)	28.141.599	27.906.989
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(14.446.280)	(14.287.712)	(6.283.740)	(5.855.530)	(561.758)	(597.362)	5.400.556	4.480.495	(15.891.222)	(16.260.109)
Interconexão	(6.528.231)	(5.911.710)	(2.401.492)	(2.352.991)	(7.133)	(14.398)	4.522.375	3.628.404	(4.414.481)	(4.651.235)
Depreciação e amortização	(3.021.352)	(3.779.902)	(1.539.598)	(1.473.220)	(68.506)	(92.210)			(4.629.456)	(5.345.332)
Serviço de manutenção de rede	(2.078.800)	(1.938.326)	(350.164)	(349.531)	(3.608)	(1.538)	144.683	78.288	(2.287.889)	(2.211.107)
Aluguéis e seguros	(1.488.346)	(1.462.557)	(650.255)	(653.733)	(42.930)	(47.618)	730.453	766.280	(1.451.078)	(1.397.628)
Custos de aparelhos e acessórios	–	–	(541.550)	(224.755)	(723)	(14.793)			(541.982)	(232.191)
Outros custos e despesas	(1.329.551)	(1.195.217)	(800.681)	(801.300)	(438.858)	(426.265)	2.754	166	(2.566.336)	(2.422.616)
Lucro bruto	5.668.864	6.507.492	6.260.438	4.875.205	587.873	424.696	(2.679.98)	(160.513)	12.250.377	11.646.880
Receitas (Despesas) operacionais	(3.353.692)	(3.047.376)	(2.229.671)	(2.119.100)	(492.868)	(419.337)	650.631	490.577	(5.425.600)	(5.095.236)
Despesas com vendas	(291.987)	(610.814)	(287.947)	(264.682)	(16.582)	(45.370)	111	(6)	(596.405)	(920.872)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(772.097)	(433.733)	(963.975)	(959.611)	(95.922)	(81.520)	136.069	30.124	(1.695.925)	(1.444.740)
"Call Center"	(897.902)	(944.667)	(295.837)	(271.925)	(66.217)	(80.712)	402.649	375.818	(857.307)	(821.486)
Publicidade e cobrança	(484.826)	(443.633)	(112.304)	(97.260)	(16.577)	(14.821)	402	1.811	(593.305)	(553.703)
Publicidade e propaganda	(172.757)	(209.275)	(347.233)	(38.900)	(45.520)	(65.349)	43.087	43.087	(486.431)	(558.941)
Outros serviços de terceiros	(213.312)	(166.445)	(63.522)	(71.800)	(8.615)	(13.080)	19.193	15.931	(266.256)	(235.394)
Outros custos e despesas	(540.811)	(338.809)	(165.963)	(106.589)	(250.055)	(138.514)	26.858	23.812	(929.971)	(650.100)
Despesas gerais e administrativas	(2.433.896)	(2.168.730)	(1.760.156)	(1.717.979)	(196.471)	(225.004)	8.899	4.492	(3.381.62	



TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A.

COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 02.107.946/0001-87

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Telemar Participações S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Telemar Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Telemar Participações S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Telemar Participações S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota Explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Telemar Participações S.A. essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 30 de março de 2012, que não conteve nenhuma modificação.

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2013



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

José Luiz de Souza Gurgel
Contador CRC RJ-087339/O-4